



Ministério da
Agricultura,
do Desenvolvimento
Rural e das Pescas

GPP
Gabinete de Planeamento
e Políticas

OLIVICULTURA

DIAGNÓSTICO SETORIAL

2007

DOCUMENTO ELABORADO PELO GABINETE DE PLANEAMENTO E POLÍTICAS

Índice Geral

Introdução	7
1. O sector a nível mundial e comunitário.....	8
2. Caracterização do sector	12
2.1. Análise global.....	12
2.2. Produção	13
2.2.1. Distribuição regional e estrutura das explorações agrícolas.....	13
2.2.1.1. Entre Douro e Minho.....	17
2.2.1.2. Trás-os-Montes.....	17
2.2.1.3. Beira Litoral.....	18
2.2.1.4. Beira Interior.....	19
2.2.1.5. Ribatejo e Oeste	19
2.2.1.6. Alentejo	20
2.2.1.7. Algarve.....	21
2.2.2. Área e produção.....	21
2.2.3. Rendimento da actividade e custos de produção	23
2.2.4. Dinâmica e qualidade da produção	25
2.3. Transformação	30
2.3.1. Azeite	30
2.3.1.1. Lagares	30
2.3.1.2. Tipologia dos lagares	33
2.3.1.3. Subprodutos/Resíduos	36
2.3.2. Azeitona de mesa.....	37
2.4. Comercialização.....	38
2.4.1. Acordos comerciais.....	42
2.5. Sistemas de qualidade, ambiente e segurança alimentar	43
2.6. Organização da fileira.....	46
3. Análise dos apoios nos programas comunitários anteriores	47
4. A OCM do azeite e da azeitona de mesa e os apoios FEOGA-Garantia ao sector.....	50

Í n d i c e d e Q u a d r o s

Quadro 1 – Alguns indicadores no sector do azeite	13
Quadro 2 - Distribuição do número de explorações com olival e da respectiva área por Região Agrária	15
Quadro 3 - Distribuição do número de explorações e da superfície de olival regado	15
Quadro 4 – Caracterização das explorações com olival de acordo com as Classes de OTE e de DE.....	17
Quadro 5 - Caracterização das explorações com olival de acordo com as Classes de OTE e de DE.....	18
Quadro 6 - Caracterização das explorações com olival de acordo com as Classes de OTE e de DE.....	18
Quadro 7 - Caracterização das explorações com olival de acordo com as Classes de OTE e de DE.....	19
Quadro 8 - Caracterização das explorações com olival de acordo com as Classes de OTE e de DE.....	20
Quadro 9 – Caracterização das explorações com olival de acordo com as Classes de OTE e de DE.....	20
Quadro 10 - Caracterização das explorações com olival de acordo com as Classes de OTE e de DE	21
Quadro 11 – Evolução da área, produtividade e produção da azeitona para azeite.....	22
Quadro 12 – Evolução da área, produtividade e produção da azeitona de mesa	23
Quadro 13 - Evolução da produção de azeite	26
Quadro 14 – Programa Nacional de Plantação/Representatividade regional do regadio nas novas plantações.....	27
Quadro 15 – Modernização do olival (1986-1999)	27
Quadro 16 – Quantidades de azeitona produzida e laborada por região (campanha 2004/05).....	31
Quadro 17 - Empresas transformadoras de azeitona de mesa	37
Quadro 18 - Preço médio de venda da azeitona para indústria e da azeitona de mesa	38
Quadro 19 - Distribuição das saídas de azeite pelos principais países de destino	40
Quadro 20- Proposta de redução dos direitos actuais para o azeite / Agenda de Doha	43
Quadro 21- Contingentes preferenciais de importação com direito nulo (UE)	43
Quadro 22– Apoios ao investimento e ao rendimento	48
Quadro 23 - Ajudas directas nos sectores do azeite e da azeitona de mesa	50

Í n d i c e d e G r á f i c o s

Gráfico 1 - Evolução da produção e consumo mundial de azeite	8
Gráfico 2 - Principais produtores mundiais de azeite - Campanha 2004/05	9
Gráfico 3 – Evolução da produção nos Estados Membros produtores de azeite	10
Gráfico 4 - Evolução do consumo interno nos Estados Membros produtores de azeite	10
Gráfico 5 - Evolução do consumo <i>per capita</i> nos principais EM produtores	11

Gráfico 6- Evolução do consumo <i>per capita</i> em alguns EM não produtores.....	11
Gráfico 7 – Mercado mundial: regiões produtoras de azeitona de mesa - Campanha 2004/05	12
Gráfico 8 – Distribuição regional da superfície de olival para azeite.....	14
Gráfico 9 – Distribuição regional da superfície de olival para azeitona de mesa	14
Gráfico 10 – Evolução da produção de azeitona para azeite nas principais regiões produtoras.....	22
Gráfico 11 – Evolução da produção de azeitona de mesa nas 3 principais regiões produtoras.....	23
Gráfico 12 - Rendimento das explorações especializadas em olival	24
Gráfico 13– Estrutura de Consumos Intermédios das explorações agrícolas especializadas em olival	24
Gráfico 14– Conta de Actividade por Hectare de Olival (variedade Cobrançosa)	25
Gráfico 15 - Produção de azeite segundo o grau de acidez.....	28
Gráfico 16 – Evolução da plantação de olival em modo de produção biológico.....	28
Gráfico 17 - Representatividade dos azeites com nomes protegidos no total da produção nacional de azeite virgem (%).....	29
Gráfico 18 - Evolução da representatividade dos azeites com nomes protegidos (%)	29
Gráfico 19 - Evolução do número de lagares e da quantidade de azeite obtido.....	30
Gráfico 20 - Evolução do número de lagares em laboração por região agrária.....	31
Gráfico 21 - Distribuição dos lagares por região agrária (2004).....	32
Gráfico 22 – Expressão do sector cooperativo em nº de lagares e em quantidade de azeitona laborada (campanha 2004/05)	33
Gráfico 23 – Número de lagares e produção por tipologia dos lagares na campanha 2004/05	34
Gráfico 24 – Representatividade do número de lagares cooperativos e sua expressão na produção por tipologia dos lagares (campanha 2004/05)	34
Gráfico 25 – Distribuição regional da capacidade por tipologia dos lagares (campanha 2004/05).....	35
Gráfico 26 – Distribuição regional da capacidade por tipologia dos lagares cooperativos (campanha 2004/05)	36
Gráfico 27 - Indústria de transformação de azeitona de mesa.....	38
Gráfico 28 - Evolução dos preços à produção no Azeite Virgem Extra (azeite a granel).....	39
Gráfico 29 - Evolução das entradas de azeite (Portugal).....	39
Gráfico 30 - Evolução das saídas de azeite (Portugal)	40
Gráfico 31 – Quotas de mercado em % dos segmentos dos produtos (2005)	41
Gráfico 32 – Novas plantações aprovadas entre 2001 e 2001 (ha)	48
Gráfico 33 – Despesa Pública ao investimento (QCA II e QCA III)	49

Í n d i c e d e M a p a s

Mapa 1 - Representatividade da área de olival na SAU.....	16
Mapa 2 - Peso da MBS do olival no total da MBS das explorações agrícolas	16

Mapa 3 - Empresas de olivicultura42

Introdução

O olival é uma cultura com grandes tradições e importância determinante em vastas áreas do Continente. Tem associado à sua presença múltiplas funções e valias, que podem contribuir de forma importante para as regiões e populações onde se encontra.

O sector do azeite e azeitona de mesa é considerado estratégico no contexto do próximo Programa de Desenvolvimento Rural. Pretende-se, em consequência, criar as condições mais adequadas para que o sector, dentro do horizonte temporal da programação, possa melhorar a sua organização, se possa modernizar e desenvolver para contribuir, de forma activa e sustentada, para o aprovisionamento dos mercados interno e externo promovendo, em simultâneo, o desenvolvimento das regiões onde se localiza.

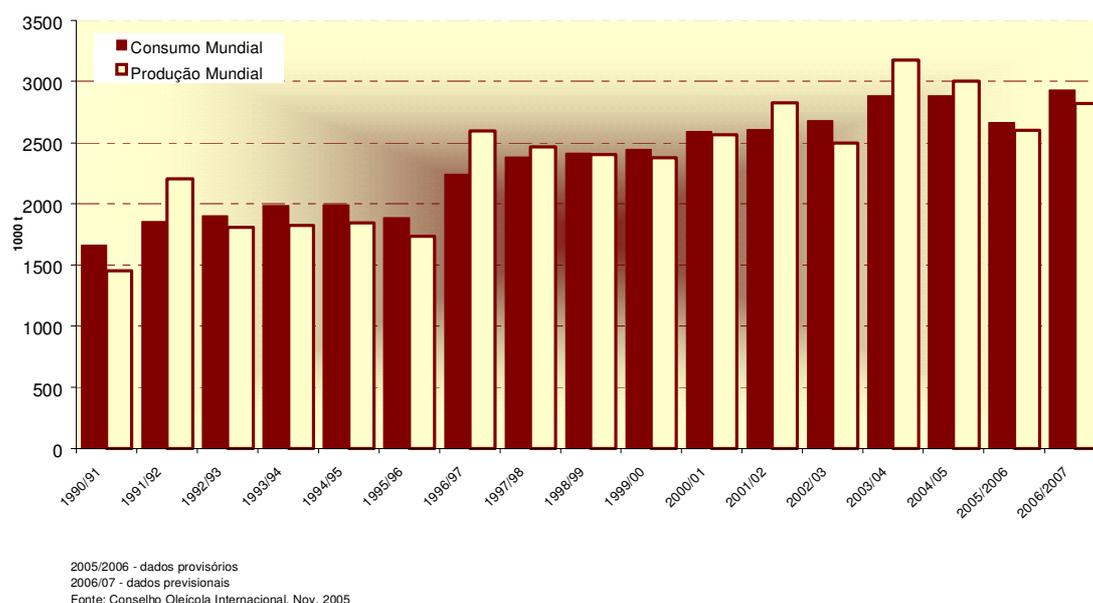
A concretização dos vectores em que deve assentar os apoios para a operacionalização da estratégia deve assentar no conhecimento tão aprofundado quanto possível da realidade do sector de forma a que se possa, com objectividade e transparência, definir as metas e os instrumentos para as alcançar.

É neste contexto que se apresenta este estudo, proporcionando ou actualizando informação, de forma consistente e trabalhada, avaliando a situação de partida, quer das potencialidades existentes e aquelas que podemos desenvolver, quer das dificuldades e fraquezas, de forma a melhor identificar as áreas precisos de actuação.

1. O sector a nível mundial e comunitário

A partir de meados da década de noventa assiste-se a uma expansão mundial do **sector do azeite**, expressa num crescimento da produção a uma média de 4.6%/ano entre as campanhas de 1994/95 a 2004/05, acompanhada por acréscimos da procura internacional que, para o mesmo período, apresentou um ritmo de crescimento do consumo de 3.5% por ano.

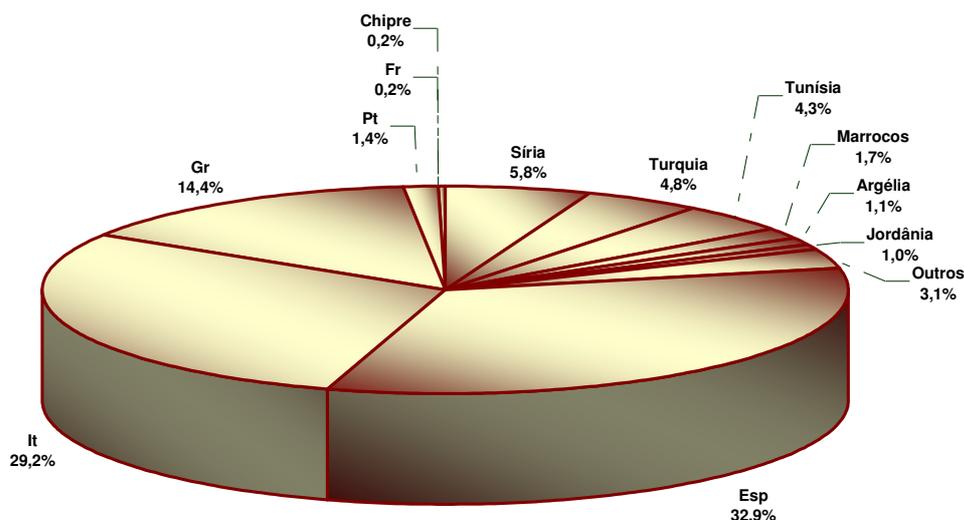
Gráfico 1 - Evolução da produção e consumo mundial de azeite



A Bacia do Mediterrâneo foi, na campanha 2004/05, responsável por cerca de 96% da produção mundial, equivalente a 3 013 mil toneladas. Os Estados membros da UE representaram 79% desse valor (2 357 mil toneladas) e os países do Magreb (nomeadamente, Tunísia, Marrocos e Argélia), a Síria e a Turquia os restantes 21%.

A Espanha produz um terço de toda a produção mundial e é o seu maior produtor (34%). Itália e Grécia posicionam-se, respectivamente, como 2º (29%) e 3º (14%) produtores mundiais). Portugal detém, actualmente, a 8ª posição no ranking da produção mundial, a par com a Argélia e a Jordânia. França, Chipre e Eslovénia são na União Europeia, também países produtores, mas com valores pouco significativos.

Gráfico 2 - Principais produtores mundiais de azeite - Campanha 2004/05



Fonte: Conselho Oleícola Internacional,
Nov 2006

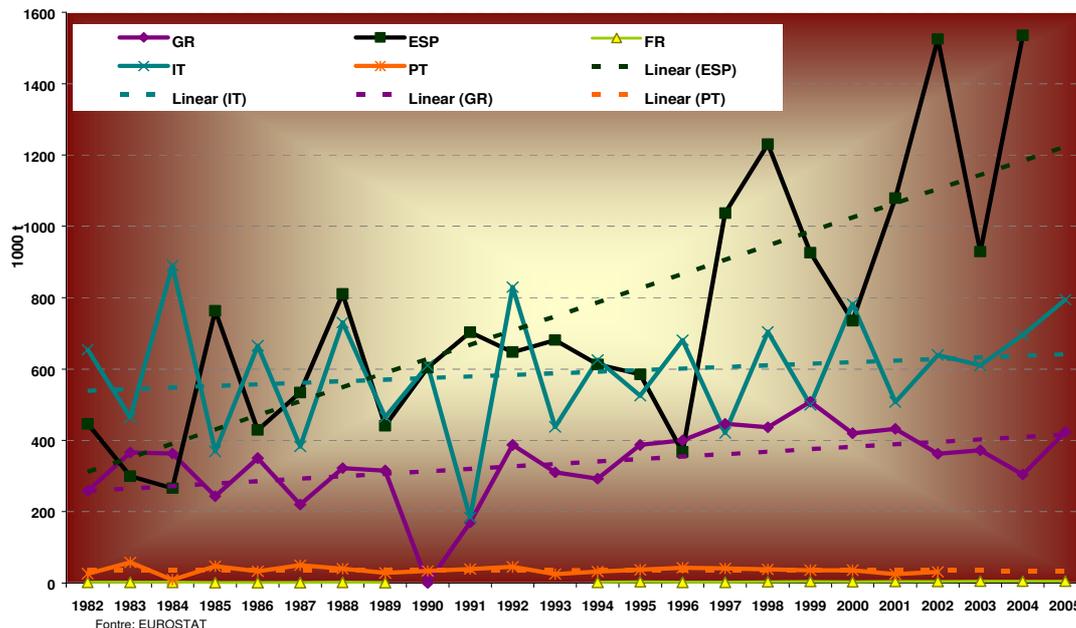
Os fluxos comerciais a nível mundial, importações e exportações, apresentam-se relativamente equilibrados (na campanha 2004/05 as quantidades importadas foram da ordem das 634 mil toneladas e as exportadas de 633.5 mil), dando indicação de que este é um sector que não gera excedentes.

A União Europeia, para além de ser o principal produtor mundial de azeite, posiciona-se neste sector também como primeiro importador, secundada por um grupo de países tradicionalmente não produtores, EUA, Japão, Canadá, Austrália e Brasil. Estes países têm vindo a registar evoluções positivas do consumo que os tornam mercados alvo de acentuado interesse. Como mercados emergentes de consumo destacam-se a China/Taiwan, a Rússia e a Coreia do Sul.

A UE, após a adesão da Grécia, e posteriormente de Espanha e Portugal, tornou-se auto-suficiente, passando a posicionar-se no plano internacional como o principal produtor, importador e exportador de azeite, tornando-se, naturalmente, o principal actor no mercado mundial.

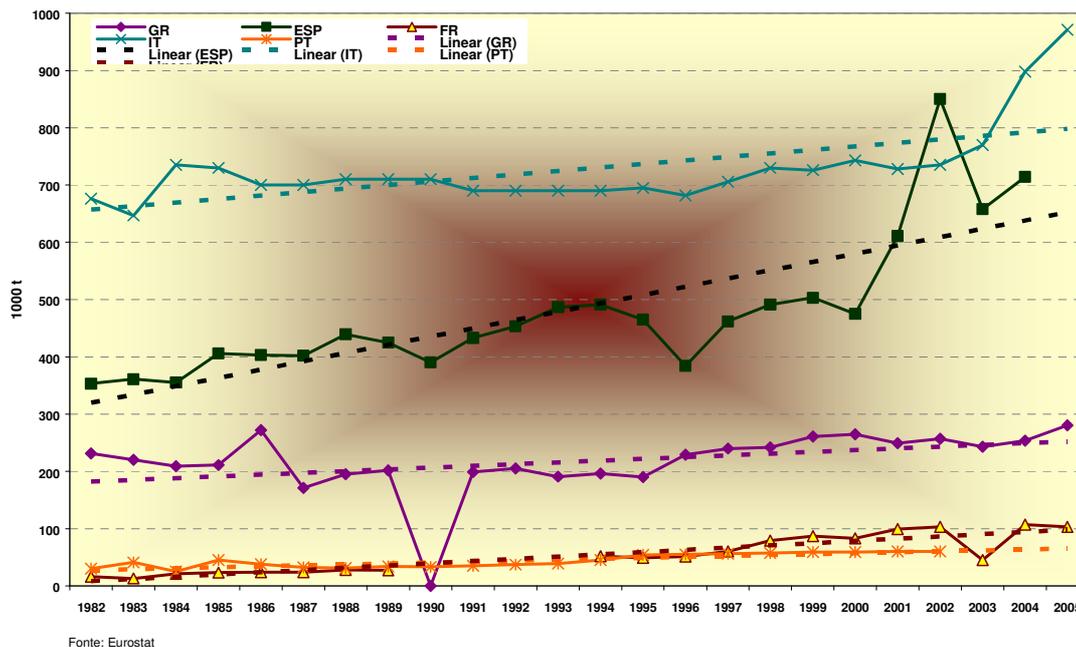
Na última década constatou-se uma expansão da produção na UE, com uma taxa média de crescimento de 5.1%/ano. Espanha apresentou o maior contributo para este crescimento.

Gráfico 3 – Evolução da produção nos Estados Membros produtores de azeite



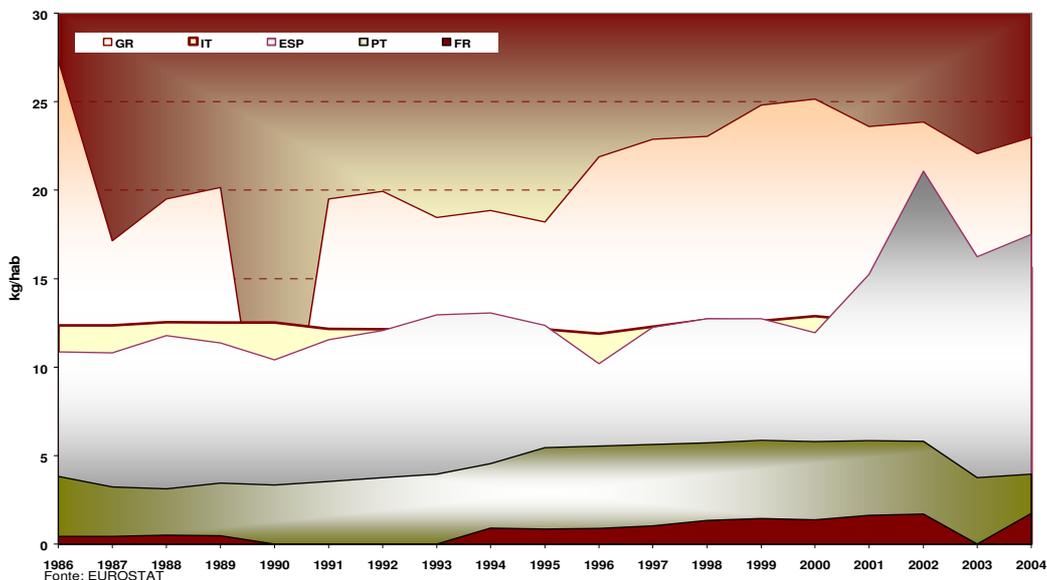
O aumento da produção comunitária foi mais expressivo que os progressos registados em termos de consumo (no período 1994/95 a 2004/05 a taxa média de crescimento anual da produção foi de 5.1% e a do consumo de 3.3%). Portugal, a par de Espanha e França, são os Estados Membros em que os acréscimos de consumo têm sido mais acentuados, sendo Itália, Espanha e Grécia os maiores consumidores em termos absolutos.

Gráfico 4 - Evolução do consumo interno nos Estados Membros produtores de azeite



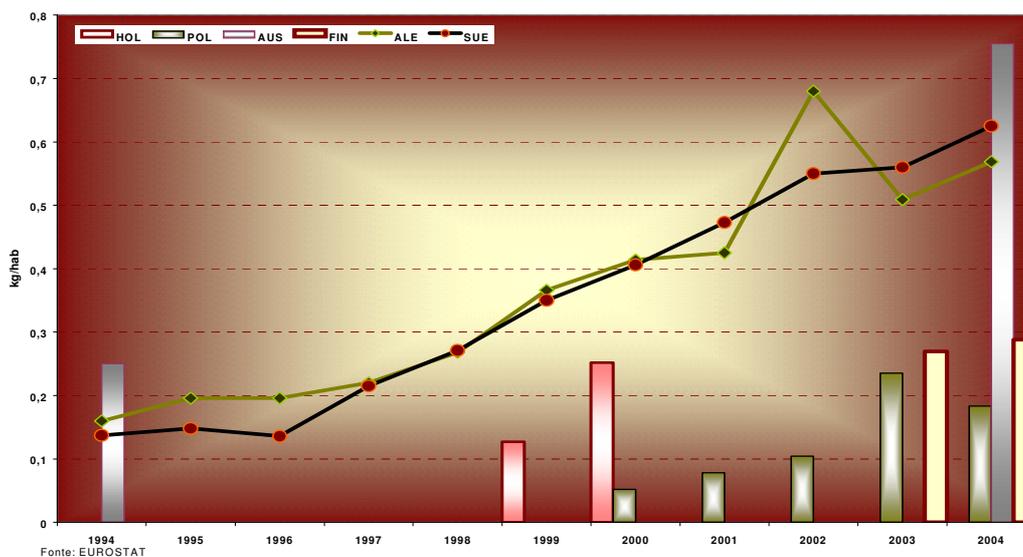
O índice de consumo *per capita* em Portugal (7.5 kg/habitante/ano, em 2005) está bastante aquém dos registados nos outros Estados Membros: Grécia (25kg/habitante/ano), Espanha (12.6 kg/habitante/ano) e Itália (12.3 kg/habitante/ano), estando ainda distanciado dos atingidos na década de 60 (10.5 kg/habitante/ano).

Gráfico 5 - Evolução do consumo *per capita* nos principais EM produtores



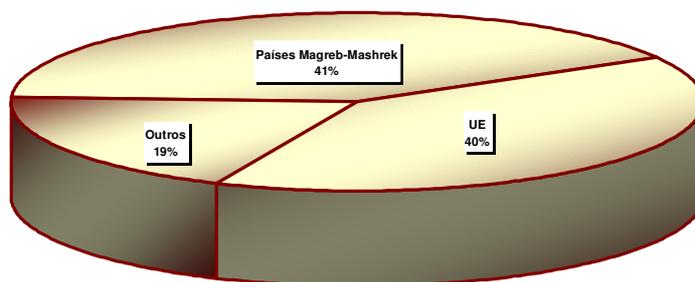
É, contudo, nos Estados Membros não produtores que se verifica a maior evolução nos consumos de azeite, com margens de crescimento muito significativas. Estes países totalizaram, na campanha 2004/05, 7.7% do consumo da UE, registando a Áustria, Alemanha e Suécia os índices de consumo *per capita* mais elevados.

Gráfico 6- Evolução do consumo *per capita* em alguns EM não produtores



No sector da **azeitona de mesa** a produção mundial, para a campanha 2004/05, situou-se nas 1 852.5 mil toneladas, com uma participação da UE na ordem dos 40%. A produção mundial tem progredido a uma taxa média de 6.3%/ano para um ritmo de crescimento do consumo de 5.3%/ano, face a valores que na UE, em termos de produção e de consumo, se situaram, respectivamente em 7.2% e 4.3%/ano.

Gráfico 7 – Mercado mundial: regiões produtoras de azeitona de mesa - Campanha 2004/05



Fonte: Conselho Oleícola Internacional, Nov 2006

2. Caracterização do sector

2.1. Análise global

A vocação dominante do olival português é para produção de azeite, com cerca de 96% do total da azeitona produzida destinada à obtenção deste produto e apenas cerca de 4% canalizada para a produção de azeitona de mesa.

As condições edafo-climáticas adaptadas à cultura e a sua localização em todo o território, com manchas relevantes em algumas regiões, com importante diversidade de variedades, potenciam os requisitos para a produção de azeite de qualidade.

A representatividade do sector do azeite na estrutura agro-alimentar tem sido, nos últimos anos, próxima de 1%, correspondendo a um valor da ordem dos 90 milhões de Euros, face a valores, que no período pós-adesão, eram muito próximos ou superavam mesmo os 2%. Em termos médios, no período 1988-2004, a participação do azeite neste total foi de 1.6%.

Quadro 1 – Alguns indicadores no sector do azeite

	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	Média 1988-2004
Parte produção de azeite no total AA (%)	1,8	1,2	2,1	1,9	3,0	1,3	2,0	1,7	2,9	1,9	1,4	1,3	1,5	0,6	0,9	0,9	1,2	1,6
Parte produção de azeite no total Produção Vegetal (%)	3,3	2,3	3,6	3,1	5,4	2,4	3,5	2,9	4,7	3,3	2,6	2,1	2,4	1,1	1,5	1,4	2,1	2,7
Parte exportação de azeite no total AA (%)	3,6	2,9	3,8	2,7	1,9	2,8	2,7	4,1	5,4	4,7	3,8	3,2	3,8	3,5	2,8	2,6	3,3	3,4
Parte importação de azeite no total AA (%)	0,5	2,8	1,3	2,0	1,1	2,8	3,0	3,9	3,9	3,3	2,3	2,4	1,8	2,1	2,1	2,9	3,0	2,5
Orientação exportadora (%)	30,0	42,9	64,7	38,5	40,0	52,0	56,3	62,2	58,1	75,6	73,7	58,3	58,3	100,0	74,2	nd	nd	59,0
Índice de Balassa	0,5	0,4	0,1	0,3	0,2	0,5	0,5	0,4	0,3	0,3	0,2	0,3	0,1	0,2	0,3	0,4	0,4	0,3
Grau de auto-aprovisionamento (%)	76,3	71,4	103,0	111,4	121,6	64,1	71,1	68,5	78,2	73,2	65,5	61,0	71,2	41,7	51,7	nd	nd	75,3

Fonte: EUROSTAT

Depois de ter apresentado níveis de auto-aprovisionamento acima dos 100% nas décadas de 50 e 60, o sector do azeite viu reduzida a sua auto-suficiência, mas desenvolveu uma capacidade exportadora. Esta última, avaliada pelo índice de orientação exportadora (%), traduz a representatividade da exportação na produção nacional, que cresceu de 30%, em 1988, para valores entre os 60% e os 75% nos últimos anos, tendo como principais mercados alvo de exportação o Brasil, a Venezuela, os EUA e o Canadá. Permite também concluir a importância que o desempenho das actividades a jusante do sector produtivo tem tido no seu reforço, com o recurso a produção não nacional. Esta dinâmica é predominantemente alimentada pela produção de Espanha. Em 1988 as entradas/importações eram inexistentes, actualmente representam um montante da ordem das 50.000 a 60.000 toneladas (próximo dos 130 milhões de Euros), equivalente a 2% do total das entradas do complexo agro-alimentar.

O índice de Balassa¹, confirma a dominância, nas trocas comerciais com o exterior, das importações sobre as exportações.

Contrariando a evolução das últimas décadas, assiste-se, recentemente, a uma dinâmica do sector da produção, quer por via da utilização de técnicas de produção mais adaptadas, nomeadamente com maior recurso ao regadio, quer pela instalação de novas plantações. Estas, efectuadas no decurso dos vários quadros comunitários de apoio, mantiveram-se relativamente pouco importantes, mesmo após o programa especial de 30 000 ha de novo olival autorizado a partir de 1998, invertendo-se esta situação nos dois últimos anos, em 2005 e 2006, com acréscimos significativos das áreas plantadas.

Na transformação, procedeu-se à concentração, modernização e adaptação tecnológica dos lagares, correspondendo às exigências da regulamentação comunitária em matéria de higiene e condições ambientais, tendo-se, desde meados da década de 90, passado de cerca de 1000 lagares para pouco mais que 600. Os lagares encontram-se espalhados e relativamente bem localizados nas regiões de produção, factor que contribui favoravelmente para a obtenção de produtos de qualidade.

No sector da azeitona de mesa, o grau de auto-aprovisionamento nacional situa-se acima dos 90%, rondando o consumo *per capita* 1,8 kg/habitante/ano.

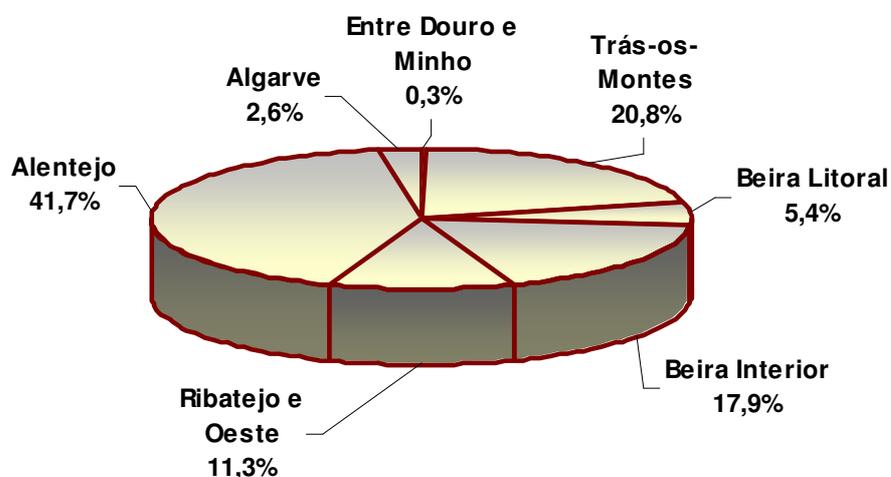
2.2. Produção

2.2.1. Distribuição regional e estrutura das explorações agrícolas

A cultura do olival encontra-se distribuída por todas as Regiões Agrárias do Continente, destacando-se o Alentejo e Trás-os-Montes como principais regiões produtoras, com alguma supremacia do Alentejo em termos de área (Alentejo – 41.7% e Trás-os-Montes – 20,8%). As regiões da Beira Interior e Ribatejo e Oeste posicionam-se na segunda linha do ranking da produção nacional, com uma ocupação de, respectivamente, 17.9% e 11.3%.

¹ (Exp-Imp)/(Exp+Imp).

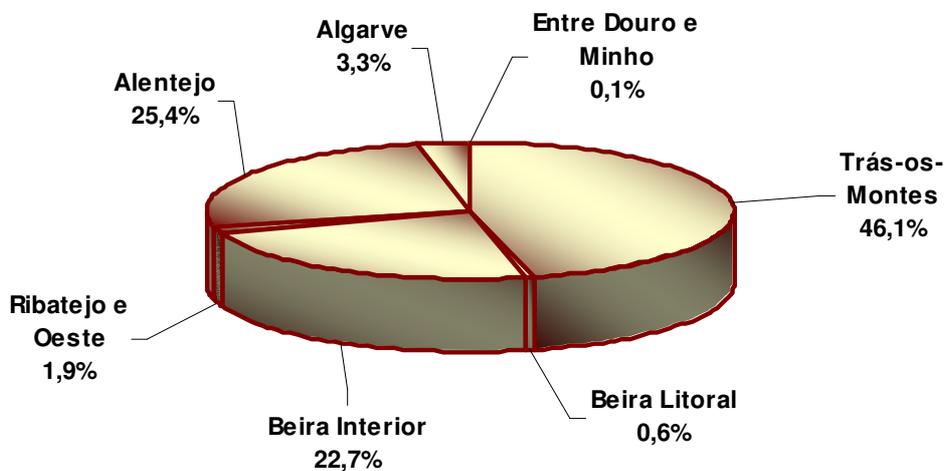
Gráfico 8 – Distribuição regional da superfície de olival para azeite



Fonte: INE - RGA 99

Enquanto no olival para azeite domina o Alentejo (41.7 %), no que se refere ao olival para azeitona de mesa a principal região produtora é Trás-os-Montes (46.1 %).

Gráfico 9 – Distribuição regional da superfície de olival para azeitona de mesa



Fonte: INE - RGA 99

Quadro 2 - Distribuição do número de explorações com olival e da respectiva área por Região Agrária

<i>Regiões Agrárias</i>	<i>Explorações</i>		<i>Superfície</i>		<i>Superfície média por exploração (ha)</i>
	<i>Número</i>	<i>(%)</i>	<i>ha</i>	<i>(%)</i>	
Entre Douro e Minho	6 702	4,1	1 126	0,3	0,17
Trás-os-Montes	39 284	24,1	72 288	21,6	1,84
Beira Litoral	26 367	16,2	17 585	5,2	0,67
Beira Interior	36 092	22,1	60 325	18,0	1,67
Ribatejo e Oeste	19 974	12,2	36 829	11,0	1,84
Alentejo	23 040	14,1	138 084	41,2	5,99
Algarve	11 639	7,1	8 791	2,6	0,76
Portugal	163 098	100,0	335 028	100,0	2,05

Fonte: RGA 1999

Da área total de olival, 59% situa-se em explorações com menos de 2 hectares, que correspondem a cerca de 86% do número total de explorações com olival.

Esta distribuição do olival traduz-se numa área média por exploração de 2.1 hectares, só ultrapassada na região do Alentejo, apresentando todas as outras regiões uma dimensão média aquém do valor médio nacional.

Em 1999 a distribuição da área de olival por idade das oliveiras indicava a dominância de oliveiras com idade superior a 50 anos (74%), representando as oliveiras com menos de 15 anos 11.5% desta área.

O olival de sequeiro é claramente dominante no olival nacional. Alentejo e Trás-os-Montes são as regiões com maior percentagem de olival regado, como ilustram os dados apresentados (quadro 3), relativos à distribuição das explorações e da superfície de olival regado (azeitona de mesa e azeitona para azeite), por região.

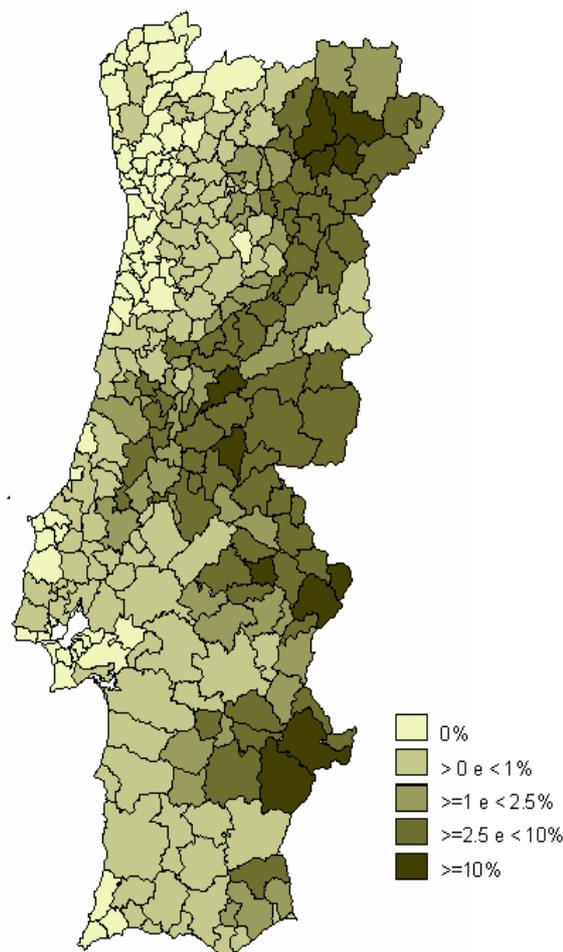
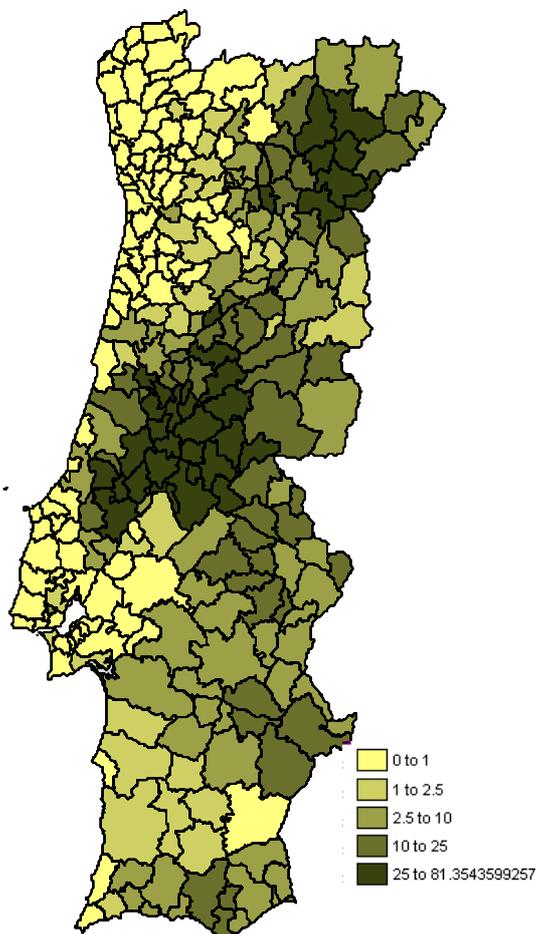
Quadro 3 - Distribuição do número de explorações e da superfície de olival regado

<i>Regiões Agrárias</i>	<i>Explorações</i>		<i>Superfície</i>	
	<i>Número</i>	<i>(%)</i>	<i>ha</i>	<i>(%)</i>
Entre Douro e Minho	476	6,8	96	0,7
Trás-os-Montes	2 040	29,1	4 006	28,4
Beira Litoral	639	9,1	233	1,6
Beira Interior	2 101	29,9	1 489	10,5
Ribatejo e Oeste	477	6,8	1 208	8,5
Alentejo	1 156	16,5	7 049	49,9
Algarve	131	1,9	48	0,3
Portugal	7 020	100,0	14 130	100,0

Fonte: RGA 1999

Mapa 1 - Representatividade da área de olival na SAU

Mapa 2 - Peso da MBS do olival no total da MBS das explorações agrícolas



Nestes dois cartogramas verifica-se uma relativa coincidência entre os concelhos em que a margem bruta do olival tem maior expressão na margem bruta total das explorações, e os concelhos em que a área de olival é mais representativa na SAU respectiva.

A cultura do olival, nas várias regiões, está presente em diferentes tipos de explorações agrícolas (na análise regional a seguir efectuada foram excluídas as explorações com uma área inferior a 10 ares), tendo a especialização olivicultura pouco peso nas regiões de Entre Douro e Minho e Algarve, e maior expressão nas outras regiões, com características distintas entre as mesmas.²

² MBS - Margem Bruta Standard ou Margem Bruta Padrão. A margem bruta padrão de cada actividade consiste, para um dado ano, ao valor monetário da produção agrícola bruta, deduzido dos principais custos específicos proporcionais correspondentes à produção em questão. Esta margem não é obtida para cada exploração em concreto mas com base em valores médios, numa dada região, representativos do sistema de produção associado à actividade em causa, utilizando determinada tecnologia de produção.

OTE - Orientação Técnico-económica, determinada pela parte relativa na MBS total da exploração, de cada uma das actividades nela praticadas.

UDE - Unidade de Dimensão Europeia - Medida de dimensão económica da exploração agrícola que se obtém dividindo a margem bruta padrão da exploração por um número fixo de Euros (1UDE=1200 Euros). A classificação de uma exploração agrícola numa classe de DE tem como base a respectiva

2.2.1.1. Entre Douro e Minho

O olival tem muito pouca expressão na região:

- Área de olival: 994 hectares;
- A percentagem da área de olival na superfície agrícola utilizada é de 9.2%;
- A área de olival em explorações especializadas em olivicultura é de 6 hectares (0.6% da área regional de olival).

Quadro 4 – Caracterização das explorações com olival de acordo com as Classes de OTE e de DE

Número de Explorações			EDM						
Classes de OTE	Explorações com olival	%	Área de Olival	%	SAU	% Olival na SAU	Área de Olival Por exploração	SAU média por Expl.	
Agricultura Geral	938	30,1	270	27,2	2.604	10,4	0,3	2,8	
Viticultura	384	12,3	142	14,2	1.651	8,6	0,4	4,3	
Culturas Permanentes Diversas	892	28,7	316	31,8	2.631	12,0	0,4	2,9	
Especialização Olival	7	0,2	6	0,6	6	95,6	0,9	0,9	
Outros Herbívoros	393	12,6	115	11,5	1.536	7,5	0,3	3,9	
Culturas e Pecuária	286	9,2	92	9,3	1.511	6,1	0,3	5,3	
Outras	213	6,8	53	5,3	855	6,2	0,2	4,0	
Total	3.113	100,0	994	100,0	10.794	9,2	0,3	3,5	

Fonte: RGA 99

Número de Explorações			EDM						
Classes de DE	Explorações com olival	%	Área de Olival	%	SAU	% Olival na SAU	Área de Olival por exploração	SAU média por Expl.	
(0<de<2) clde=0;	587	18,9	145	14,6	614	23,6	0,2	1,0	
(2<=de<4) clde=1;	1.036	33,3	268	26,9	1.919	13,9	0,3	1,9	
(4<=de<8) clde=2;	942	30,3	316	31,8	3.220	9,8	0,3	3,4	
(8<=de<16) clde=3;	358	11,5	156	15,7	2.208	7,1	0,4	6,2	
(16<=de<40) clde=4;	150	4,8	80	8,0	1.444	5,5	0,5	9,6	
(de>=40) clde=5;	40	1,3	30	3,0	1.390	2,1	0,7	34,7	
Total	3.113	100,0	994	100,0	10.794	9,2	0,3	3,5	

Fonte: RGA 99

2.2.1.2. Trás-os-Montes

Esta região apresenta as seguintes características:

- Área de olival: 72 202 hectares;
- O olival representa 27.6% da superfície agrícola utilizada da região;
- Explorações com especialização em olivicultura representam 16.2% do número de explorações com olival da região e 28.7% da área de olival regional;
- Em termos de dimensão económica, 41.3 % das explorações com olival são muito pequenas (com MBS até 2 UDE), detendo 14.6 % da superfície da cultura. A área de olival predomina na classe de 4 e 8 UDE (4 800 a 9 600 € de MBS) e apresenta uma área média de olival por exploração de 2.43 hectares.

Margem Bruta Standard (MBS). A MBS é medida em Unidades de Dimensão Europeia (UDE), correspondendo 1 UDE a 1200 Euros, ou seja, cerca de 240 contos.

As classes de Dimensão Económica consideradas correspondem aos seguintes intervalos de MBS: muito Pequenas – menos de 4 UDE; Pequenas – 4 a 16 UDE; Médias – 16 a 40 UDE; Grandes – mais de 40 UDE.

Quadro 5 - Caracterização das explorações com olival de acordo com as Classes de OTE e de DE

Número de Explorações				TM				
Classes de OTE	Explorações	%	Área de Olival	%	SAU	% Olival na SAU	Área de Olival por exploração	SAU média por Expl.
Viticultura	5.487	15,4	5.556	7,7	29.203	19,0	1,0	5,3
Culturas Permanentes Diversas	19.252	53,9	38.259	53,0	130.232	29,4	2,0	6,8
Especialização Olival	5.799	16,2	20.686	28,7	31.676	65,3	3,6	5,5
Outros Herbívoros	1.583	4,4	1.974	2,7	27.236	7,2	1,2	17,2
Culturas e Pecuária	1.675	4,7	3.882	5,4	21.758	17,8	2,3	13,0
Outras	1.922	5,4	1.845	2,6	21.341	8,6	1,0	11,1
Total	35.718	100,0	72.202	100,0	261.445	27,6	2,0	7,3

Fonte:RGA 99

Número de Explorações				TM				
Classes de DE	Explorações	%	Área de Olival	%	SAU	% Olival na SAU	Área de Olival por exploração	SAU média por Expl.
(0<de<2) clde=0;	14.749	41,3	10.510	14,6	30.987	33,9	0,7	2,1
(2<=de<4) clde=1;	9.418	26,4	13.768	19,1	46.583	29,6	1,5	4,9
(4<=de<8) clde=2;	6.459	18,1	15.716	21,8	58.639	26,8	2,4	9,1
(8<=de<16) clde=3;	3.311	9,3	13.138	18,2	54.366	24,2	4,0	16,4
(16<=de<40) clde=4;	1.456	4,1	10.900	15,1	45.891	23,8	7,5	31,5
(de>=40) clde=5;	325	0,9	8.169	11,3	24.979	32,7	25,1	76,9
Total	35.718	100,0	72.202	100,0	261.445	27,6	2,0	7,3

Fonte:RGA99

2.2.1.3. Beira Litoral

Nesta região:

- A área de olival é de 17 381 hectares;
- O olival representa 32.1% da superfície agrícola utilizada da região;
- As explorações especializadas em oliviculturas correspondem a 1.7% do total de explorações com olival, perfazendo 4.2% da área olival da região;
- Em termos de dimensão económica, 65.5% das explorações com olival são muito pequenas (com MBS até 2 UDE), representando 49.8% da superfície da cultura, e apresentando uma área média de olival por exploração de 0.59 hectares. Entre 2 e 4 UDE situam-se 22.5% das explorações e 26% da área de olival.

Quadro 6 - Caracterização das explorações com olival de acordo com as Classes de OTE e de DE

Número de Explorações				BL				
Classes de OTE	Explorações	%	Área de Olival	%	SAU	% Olival na SAU	Área de Olival por exploração	SAU média por Expl.
Viticultura	4.157	18,7	3.568	20,5	10.207	35,0	0,9	2,5
Culturas Permanentes Diversas	698	3,1	1.242	7,1	1.374	90,4	1,8	2,0
Especialização Olival	374	1,7	729	4,2	2.875	25,4	1,9	7,7
Bovinos Leite	3.746	16,8	3.399	19,6	11.301	30,1	0,9	3,0
Granívoros	1.627	7,3	1.456	8,4	4.283	34,0	0,9	2,6
Outras	11.647	52,3	6.986	40,2	24.123	29,0	0,6	2,1
Total	22.249	100	17.380	100	54.163	32,1	0,8	2,4

Fonte:RGA 99

Número de Explorações				BL				
Classes de DE	Explorações	%	Área de Olival	%	SAU	% Olival na SAU	Área de Olival por exploração	SAU média por Expl.
(0<de<2) clde=0;	14.574	65,5	8.660	49,8	20.234	42,8	0,6	1,4
(2<=de<4) clde=1;	5.011	22,5	4.512	26,0	14.277	31,6	0,9	2,8
(4<=de<8) clde=2;	1.716	7,7	2.103	12,1	8.490	24,8	1,2	4,9
(8<=de<16) clde=3;	622	2,8	1.028	5,9	5.071	20,3	1,7	8,2
(16<=de<40) clde=4;	256	1,2	800	4,6	4.389	18,2	3,1	17,1
(de>=40) clde=5;	70	0,3	278	1,6	1.702	16,3	4,0	24,3
Total	22.249	100,0	17.381	100,0	54.163	32,1	0,8	2,4

Fonte:RGA99

2.2.1.4. Beira Interior

Nesta região:

- A área de olival é de 60 273 hectares;
- O olival representa 21.6 % da superfície agrícola utilizada da região;
- As explorações especializadas em olivicultura são 25.6% do total de explorações com olival, absorvendo 31.5% da área de olival regional e apresentando uma área média de olival por exploração de 2.17 hectares;
- Em termos de dimensão económica, 50% das explorações com ocupação olival inscrevem-se na classe de mais de 40 UDE, concentrando em termos de área 15.2% do total de olival na região e apresentando uma área média de olival de 27.51 hectares por exploração. A maior fatia da área de olival, 37.5%, pertence a explorações muito pequenas (até 2 UDE), que representam 70.8% do total de explorações com olival.

Quadro 7 - Caracterização das explorações com olival de acordo com as Classes de OTE e de DE

Número de Explorações				BI			
Classes de OTE	Explorações	%	Área de Olival	%	SAU	% Olival na SAU	SAU média por Expl.
Agricultura Geral	3189	9,3	3.712	6,2	23.470	15,8	7,4
Culturas Permanentes Diversas	10.219	29,9	15.797	26,2	49.514	31,9	4,8
Especialização Olival	8.755	25,6	18.998	31,5	25.058	75,8	2,9
Outros Herbívoros	4.342	12,7	9.357	15,5	117.979	7,9	27,2
Culturas e Pecuária	4.296	12,6	9.656	16,0	46.433	20,8	10,8
Outras	3.420	2,0	2.753	0,9	17.072	16,1	5,0
Total	34.221	100,0	60.273	100,0	279.526	21,6	8,2

Fonte: RGA 99

Número de Explorações				BI			
Classes de DE	Explorações	%	Área de Olival	%	SAU	% Olival na SAU	SAU média por Expl.
(0<de<2) clde=0;	24.233	70,8	22.592	37,5	43.967	51,4	1,8
(2<=de<4) clde=1;	5.078	14,8	10.043	16,7	27.549	36,5	5,4
(4<=de<8) clde=2;	2.537	7,4	7.424	12,3	29.147	25,5	11,5
(8<=de<16) clde=3;	1.291	3,8	5.306	8,8	33.236	16,0	25,7
(16<=de<40) clde=4;	748	2,2	5.720	9,5	54.290	10,5	72,6
(de>=40) clde=5;	334	1,0	9.188	15,2	91.337	10,1	273,5
Total	34.221	100	60.273	100,0	279.526	21,6	8,2

Fonte: RGA99

2.2.1.5. Ribatejo e Oeste

Nesta região:

- A área de olival é de 36 789 hectares;
- O olival representa 32.7 % da superfície agrícola utilizada da região;
- As explorações especializadas em olivicultura perfazem 32.6% do total de explorações com olival, absorvendo 42.5 % da área de olival regional e apresentando uma área média de olival por exploração de 2.51 hectares;
- Em termos de dimensão económica, 42.8% das explorações com olival são muito pequenas (até 2 UDE), mas cobrem apenas 15.9% da área de olival. As classes dominantes em termos de ocupação com olival são as de 2 a 4 UDE (17.9%), de 4 a 8 UDE (18.9%) e mais de 40 UDE, concentrando neste último caso 22.4 % da área de olival da região e apresentando uma área média de olival por exploração de 17.09 hectares.

Quadro 8 - Caracterização das explorações com olival de acordo com as Classes de OTE e de DE

Número de Explorações				RO				
Classes de OTE	Explorações	%	Área de Olival	%	SAU	% Olival na SAU	Área de Olival Por exploração	SAU média por Expl.
Agricultura Geral	2.170	11,4	4.638	12,6	30.039	15,4	2,1	13,8
Culturas Permanentes Diversas	7.523	39,4	12.226	33,2	27.352	44,7	1,6	3,6
Especialização Olival	6.215	32,6	15.628	42,5	19.797	78,9	2,5	3,2
Culturas e Pecuária	775	4,1	1.798	4,9	8.493	21,2	2,3	11,0
Outras	2.400	1,3	2.499	0,7	26.955	9,3	1,0	11,2
Total	19.083	100,0	36.789	100,0	112.636	32,7	1,9	5,9

Fonte:RGA99

Número de Explorações				RO				
Classes de DE	Explorações	%	Área de Olival	%	SAU	% Olival na SAU	Área de Olival por exploração	SAU média por Expl.
(0<de<2) clde=0;	8.170	42,8	5.836	15,9	9.734	60,0	0,7	1,2
(2<=de<4) clde=1;	4.958	26,0	6.592	17,9	11.825	55,7	1,3	2,4
(4<=de<8) clde=2;	3.079	16,1	6.964	18,9	13.170	52,9	2,3	4,3
(8<=de<16) clde=3;	1.553	8,1	5.075	13,8	12.563	40,4	3,3	8,1
(16<=de<40) clde=4;	840	4,4	4.069	11,1	13.233	30,8	4,8	15,8
(de>=40) clde=5;	483	2,5	8.253	22,4	52.112	15,8	17,1	107,9
Total	19.083	100,0	36.789	100,0	112.636	32,7	1,9	5,9

Fonte:RGA99

2.2.1.6. Alentejo

Nesta região:

- A área de olival é de 138 072 hectares;
- O olival representa 11.9 % da superfície agrícola utilizada da região;
- As explorações especializadas em olivicultura são 43.3 % do total de explorações com olival, absorvendo 40.1 % da área de olival regional e apresentando uma área média de olival por exploração de 5.34 hectares;
- Em termos de dimensão económica, 53.7 % das explorações com olival são muito pequenas (até 2 UDE), ainda que representem apenas 14.5 % da área de olival. As classes dominantes em termos de ocupação com olival são as de mais de 40 UDE (36,6 %) e de 16 a 40 UDE (17.8%), que apresentam uma área média de olival por exploração de, respectivamente, 35.94 e 14.93 hectares.

Quadro 9 – Caracterização das explorações com olival de acordo com as Classes de OTE e de DE

Número de Explorações				AL				
Classes de OTE	Explorações	%	Área de Olival	%	SAU	% Olival na SAU	Área de Olival Por exploração	SAU média por Expl.
Agricultura Geral	4.296	23,9	34.114	32,8	338.308	10,1	7,9	78,7
Viticultura	906	5,0	3.637	3,5	17.406	20,9	4,0	19,2
Culturas Permanentes Diversas	2.565	14,2	17.309	16,7	71.952	24,1	6,7	28,1
Especialização Olival	7.799	43,3	41.678	40,1	62.513	66,7	5,3	8,0
Outros Herbívoros	2.669	14,8	15.713	15,1	342.424	4,6	5,9	128,3
Culturas e Pecuária	2.211	12,3	20.673	19,9	273.733	7,6	9,4	123,8
Outras	1.855	2,8	4.947	1,1	53.983	9,2	2,7	29,1
Total	22.301	100,0	138.072	100,0	1.160.319	11,9	6,2	52,0

Fonte:RGA99

Número de Explorações				AL				
Classes de DE	Explorações	%	Área de Olival	%	SAU	% Olival na SAU	Área de Olival por exploração	SAU média por Expl.
(0<de<2) clde=0;	11.971	53,7	20.017	14,5	44.957	44,5	1,7	3,8
(2<=de<4) clde=1;	3.123	14,0	12.483	9,0	36.481	34,2	4,0	11,7
(4<=de<8) clde=2;	2.353	10,6	14.148	10,2	54.268	26,1	6,0	23,1
(8<=de<16) clde=3;	1.803	8,1	16.318	11,8	98.102	16,6	9,1	54,4
(16<=de<40) clde=4;	1.644	7,4	24.543	17,8	230.669	10,6	14,9	140,3
(de>=40) clde=5;	1.407	6,3	50.563	36,6	695.842	7,3	35,9	494,6
Total	22.301	100,0	138.072	100,0	1.160.320	11,9	6,2	52,0

Fonte:RGA99

2.2.1.7. Algarve

O olival tem expressão pouco significativa na região, nomeadamente na especialização olival:

- A área de olival é de 8 718 hectares;
- O olival representa 14.3 % da superfície agrícola utilizada da região;
- As explorações agrícolas e especializadas em olivicultura representam 2,4 % do total das explorações com olival e 3.5% da área de olival da região.

Quadro 10 - Caracterização das explorações com olival de acordo com as Classes de OTE e de DE

Número de Explorações				ALG				
Classes de OTE	Explorações	%	Área de Olival	%	SAU	% Olival na SAU	Área de Olival Por exploração	SAU média por Expl.
Agricultura Geral	954	9,8	671	7,7	6.172	10,9	0,7	6,5
Culturas Permanentes Diversas	7.580	78,0	7.026	80,6	42.693	16,5	0,9	5,6
Especialização Olival	230	2,4	308	3,5	589	52,4	1,3	2,6
Outros Herbívoros	296	3,0	199	2,3	5.769	3,4	0,7	19,5
Culturas e Pecuária	228	2,3	223	2,6	3.181	7,0	1,0	14,0
Outras	425	2,1	290	1,6	2.422	12,0	0,7	5,7
Total	9.713	100,0	8.718	100,0	60.826	14,3	0,9	6,3

Fonte:RGA99

Número de Explorações				ALG				
Classes de DE	Explorações	%	Área de Olival	%	SAU	% Olival na SAU	Área de Olival por exploração	SAU média por Expl.
(0<de<2) clde=0;	4.228	43,5	2.216	25,4	8.751	25,3	0,5	2,1
(2<=de<4) clde=1;	2.229	22,9	1.830	21,0	10.621	17,2	0,8	4,8
(4<=de<8) clde=2;	1.748	18,0	1.992	22,9	13.327	14,9	1,1	7,6
(8<=de<16) clde=3;	923	9,5	1.251	14,4	10.534	11,9	1,4	11,4
(16<=de<40) clde=4;	442	4,6	750	8,6	9.143	8,2	1,7	20,7
(de>=40) clde=5;	143	1,5	678	7,8	8.450	8,0	4,7	59,1
Total	9.713	100,0	8.718	100,0	60.826	14,3	0,9	6,3

Fonte:RGA99

2.2.2. Área e produção

O património olivícola tem vindo a reduzir-se nas últimas décadas, independentemente de uma evolução positiva da área de olival, de 316 396 hectares (RGA 89) para os actuais 335 000 hectares (RGA 99). A perda deste património está fundamentalmente associada ao abandono e ao arranque de oliveiras, com repercussões numa redução da produção nacional de azeite, 78 600 toneladas, em 1982, para as actuais 35 000 a 40 000 toneladas.

A variedade Galega predomina, acima dos 50%, em praticamente todas as regiões, à excepção do Algarve e Trás-os-Montes; no Algarve destaca-se a Maçanilha Algarvia (cerca de 80%) e, em Trás-os-Montes, são cinco as variedades mais representativas: Madural (20%), Negrinha (20%) e Cobrançosa (20%), Verdeal Transmontana (15%) e Cordovil de Serpa (9%). No Alentejo, a expressão da Galega ou Galega Vulgar, comparativamente às outras regiões detentoras desta variedade, é mais baixa, da ordem dos 51%, representando

a Cordovil de Serpa e a Verdeal Alentejana ou Verdeal, respectivamente, 14% e 7% do olival existente.

As variedades com aptidão para azeite dominantes nos novos olivais são na região do Alentejo a Cobrançosa e a Arbequina e na região de Trás-os-Montes a Madural, a Verdeal Trasmontana e a Cobrançosa.

No sector da produção de azeitona para azeite, da série de valores 1986-2005, conclui-se que, apesar do ligeiro acréscimo da área, por força da plantação de novos olivais, ainda não se verifica uma evolução positiva, quer da produção, quer do rendimento.

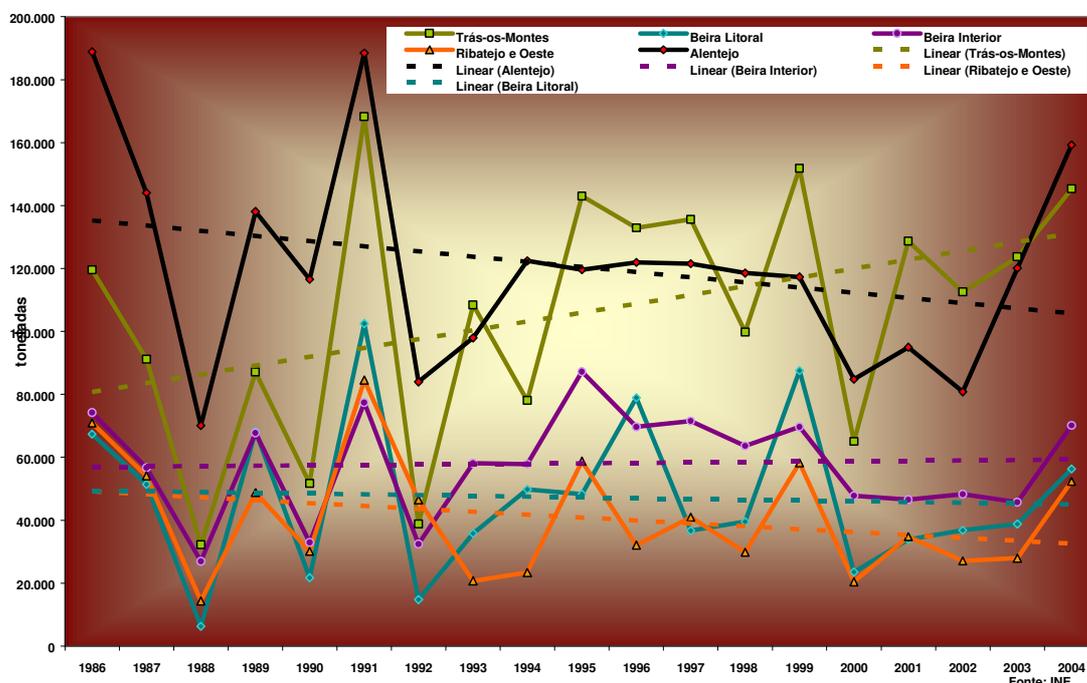
Quadro 11 – Evolução da área, produtividade e produção da azeitona para azeite

	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Área (1000 ha)	328,8	328,8	328,8	328,8	325,3	321,5	326,5	330,5	330,2	322,8	326,3	328	336,5	358,5	358,6	358,8	359,3	363,5	363,8	365,1
Produção (1000 t)	334,8	271,5	110,3	309,8	177,5	420,6	140,6	237,5	222,2	311,3	275,1	309,1	225,6	320,9	167,2	218,5	211,6	232,9	300,7	
Rendimento (t/ha)	1,02	0,83	0,34	0,94	0,55	1,31	0,43	0,72	0,67	0,96	0,84	0,94	0,67	0,90	0,47	0,61	0,59	0,64	0,83	

Fonte: INE

A produção de azeitona para azeite concentra-se fundamentalmente em duas regiões, Trás-os-Montes (32.4 % da produção no quinquénio 2000-2004) e Alentejo (com 30.4 %). Também com alguma importância são de destacar a Beira Interior (14.6 %), a Beira Litoral (10.7 %) e o Ribatejo e Oeste (9.2 %). A evolução da produção nas duas principais regiões produtoras naquele período, conforme rectas de regressão linear apresentadas no gráfico 9, foi distinta, de progressão em Trás-os-Montes e de redução no Alentejo.

Gráfico 10 – Evolução da produção de azeitona para azeite nas principais regiões produtoras



Relativamente à azeitona de mesa, o quadro 12 apresenta valores que mostram uma relativa estabilidade no que respeita à área, mas uma diminuição da produção no período pós adesão, e alguma estabilidade nos últimos anos.

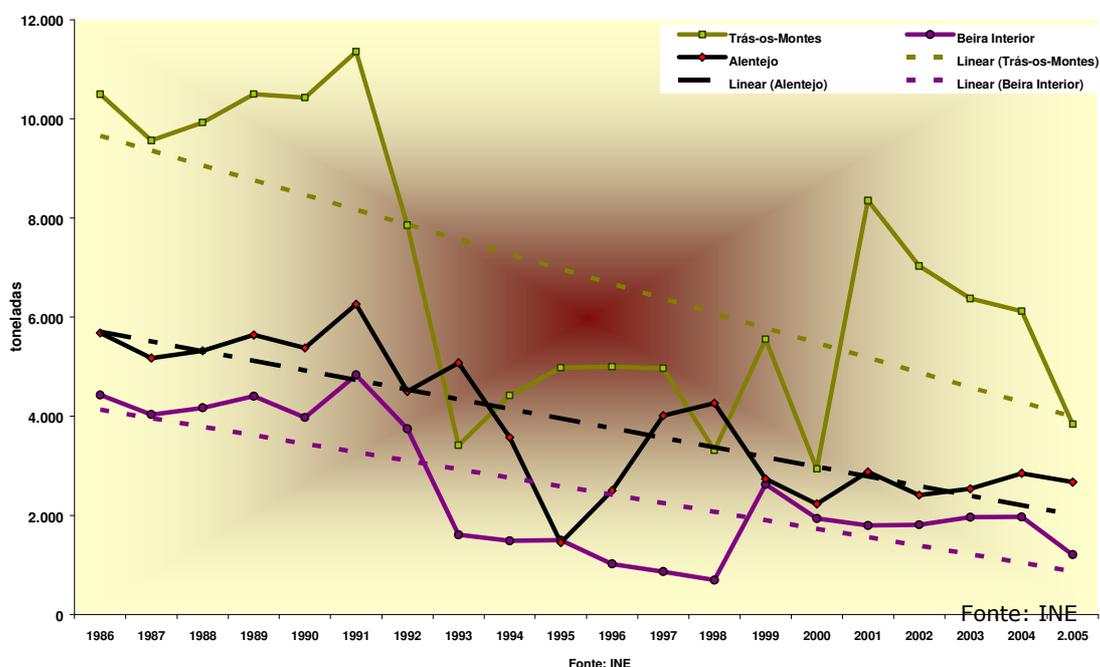
Quadro 12 – Evolução da área, produtividade e produção da azeitona de mesa

	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	
Área (1000 ha)	10,8	11,1	11,5	11,8	11,9	12,3	12,4	10,1	10,5	10,4	10,4	10,4	10,8	10,5	10,5	10,6	10,6	10,6	10,6	10,6	11,2
Produção (1000 t)	21,1	19,2	19,9	21,0	20,2	23,0	16,5	11,0	10,0	8,5	9,0	10,3	8,6	11,6	7,6	13,7	11,6	11,3	11,4	11,4	8,0
Rendimento (t/ha)	1,96	1,73	1,73	1,79	1,69	1,87	1,33	1,09	0,96	0,82	0,87	0,99	0,79	1,11	0,72	1,29	1,10	1,06	1,07	1,07	0,71

Fonte: INE

A produção de azeitona de mesa concentra-se em três regiões, Trás-os-Montes, Alentejo e Beira Interior, fundamentalmente na primeira, correspondendo-lhes no quinquénio 2001-2005, respectivamente, 56.7 %, 23.8 % e 15.6 % do total. As rectas de regressão linear relativas à produção regional de azeitona de mesa no período 1986-2005 apresentadas no gráfico 10, permitem evidenciar o decréscimo acentuado da produção nas três regiões referidas.

Gráfico 11 – Evolução da produção de azeitona de mesa nas 3 principais regiões produtoras



2.2.3. Rendimento da actividade e custos de produção

A análise do rendimento médio das explorações agrícolas com especialização em olivicultura³, apurado pela Rede de Informação de Contabilidades Agrícolas, no período 2001-2004, indicia a existência de olival que, na ausência das ajudas directas ao sector, não é competitivo, face à estrutura de custos de produção que lhe está associada.

³ As explorações agrícolas com especialização em olivicultura poderão ter outras actividades para além da cultura do olival, no entanto a margem bruta resultante do olival tem que representar pelo menos dois terços da margem bruta total dessas explorações. É a possível existência de outras actividades que justifica o aparecimento de custos de produção não relacionados com a cultura do olival (por exemplo, alimentos para animais).

Duas rubricas em particular, máquinas e equipamentos (29%) e custos energéticos (23%), assumem um valor determinante na estrutura dos custos intermédios desta amostra de explorações, totalizando mais de metade dos custos totais. Em terceiro lugar surgem os fertilizantes e correctivos com 15% de expressão. Estamos, pois, perante mais de dois terços dos encargos, onde é, indubitavelmente, necessário actuar de forma a diminuir os custos.

Gráfico 12 - Rendimento das explorações especializadas em olival

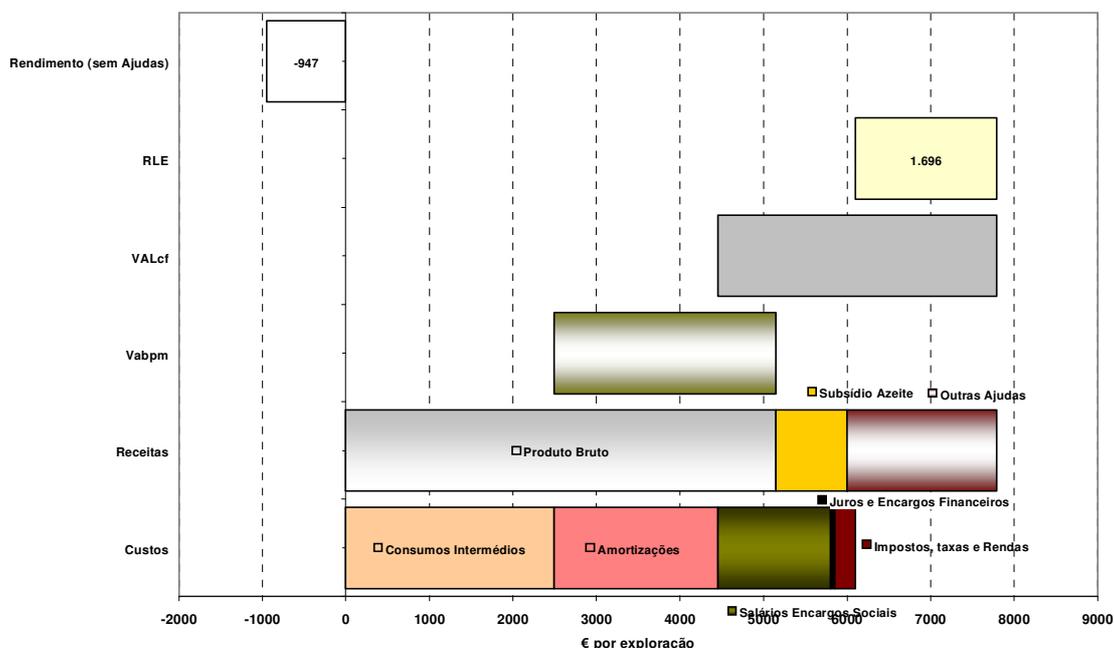
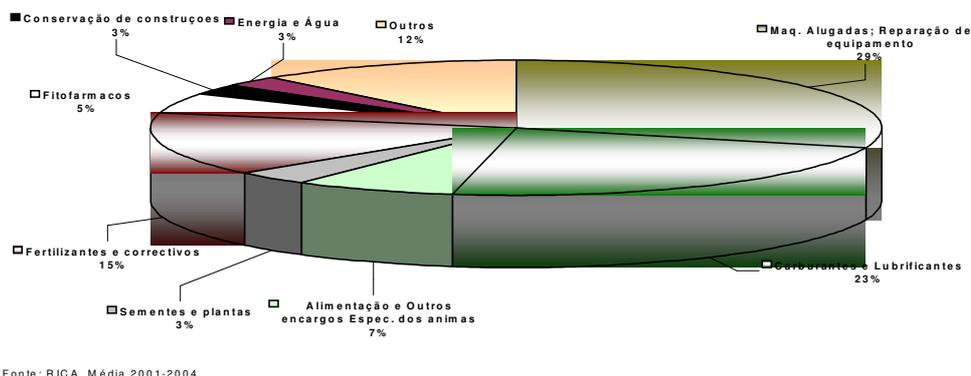


Gráfico 13- Estrutura de Consumos Intermédios das explorações agrícolas especializadas em olival



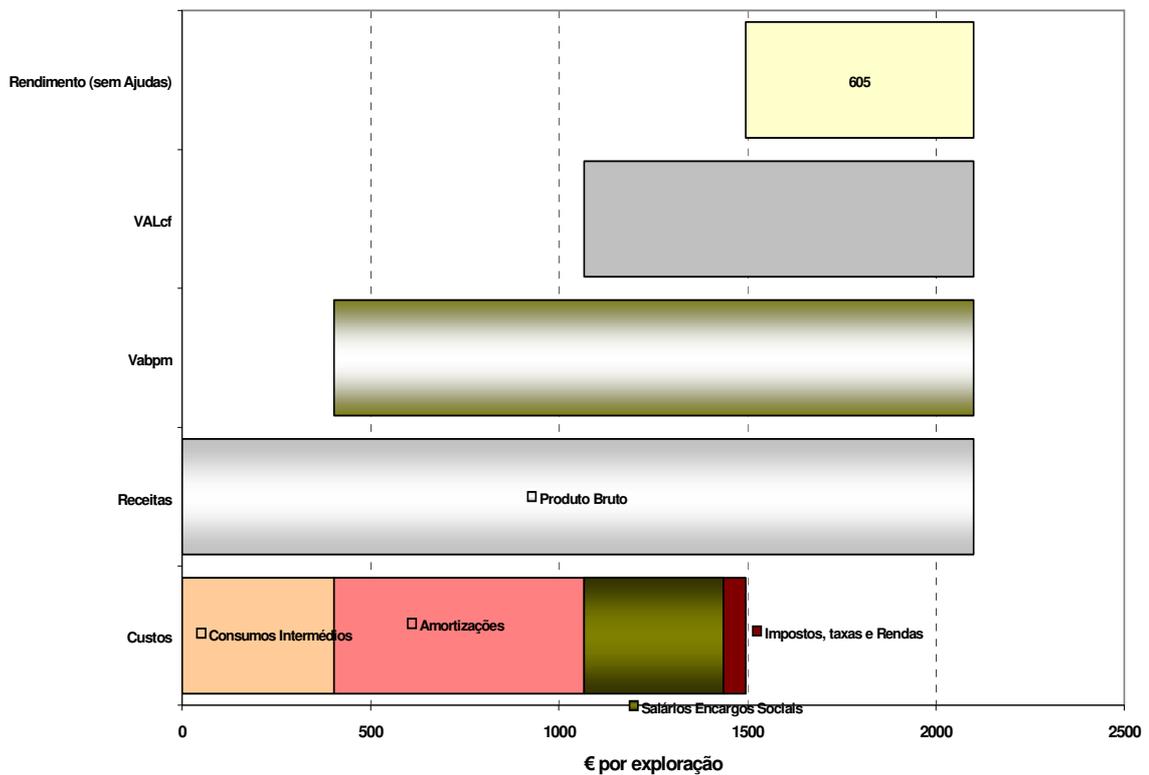
O conjunto das explorações acompanhadas nesta amostra, e especializadas em olivicultura é composto, essencialmente por explorações de olival tradicional. A análise individual destas explorações mostra sistemas de produção assentes em baixa produtividade e dependentes das ajudas às explorações (estas são compostas essencialmente por ajudas à produção de azeite, indemnizações compensatórias e medidas agroambientais). Esta dependência,

verifica-se também devido ao elevado valor das amortizações e salários. As primeiras devem-se principalmente à sobre-motorização que se verifica em muitas explorações, enquanto que os salários elevados surgem devido à necessidade da colheita manual nos olivais tradicionais.

Desta análise verifica-se, em termos médios, a necessidade de se alterar esta estrutura de custos.

O levantamento de informação relativa a novos olivais, não presentes na amostra anterior, no âmbito do grupo Alqueva, demonstra que a correcção destes factores, associado à intensificação da produção pode permitir rendimentos bastante atractivos, mesmo sem ajudas.

Gráfico 14– Conta de Actividade por Hectare de Olival (variedade Cobrançosa)



2.2.4. Dinâmica e qualidade da produção

Não obstante o cenário atrás traçado, nos últimos anos assistiu-se a uma recuperação da produção nacional de azeitona para azeite e de azeite, com a introdução de alterações bastante positivas na estrutura produtiva nacional, evidenciando alguma dinâmica da produção na resposta às solicitações do consumo, em termos quantitativos e qualitativos.

Quadro 13 - Evolução da produção de azeite

Anos	Azeitona laborada (t)	Produção (t)	Anos	Azeitona laborada (t)	Produção (t)
1982	509 000	78 600	1994	222 210	31 642
1983	72 000	8 600	1995	311 257	43 760
1984	343 000	45 900	1996	275 143	41 407
1985	219 000	32 400	1997	309 091	38 800
1986	334 800	50 997	1998	225 615	33 063
1987	271 468	38 915	1999	320 865	46 923
1988	110 326	14 408	2000	167 161	22 848
1989	309 795	40 885	2001	218 522	32 014
1990	177 476	24 117	2002	211 574	28 439
1991	420 643	61 254	2003	232 947	33 432
1992	140 625	20 903	2004	300 699	45 860
1993	237 511	32 131	2005	203 909	29 145

Fonte: INE

Factor de conversão: ton. = 0,0916*hl

Ilustram bem esta situação as expectativas na produção de aumento das áreas plantadas, para além dos 30 000 hectares consignados no programa de plantação de que Portugal beneficiou até 2006, e já num cenário sem ajudas ao rendimento, dado que estas só contemplam os agricultores que detenham um histórico de ajudas à produção e/ou que tenham participado no programa de plantação.

Assiste-se a uma maior dinâmica empresarial, com oferta de produtos diferentes, quer de marcas, quer de nomes protegidos, quer no modo de produção biológico, que dão resposta a uma maior procura de produtos de qualidade por alguns consumidores.

As melhorias registadas têm vindo a consubstanciar-se:

- na instalação de novas plantações com densidades superiores e com sistemas adequados de rega, ao abrigo dos programas comunitários, proporcionando maiores produtividades;
- no aumento do regadio no olival para azeite nas novas plantações, com aplicação de sistema de rega gota a gota;
- no arranque e reestruturação de alguns olivais degradados.

Os apuramentos já efectuados do programa de plantação dos 30 000 ha apontam para uma expressão do regadio da ordem dos 76% da área plantada com novas plantações (excluídas as áreas de adensamento), com a região do Alentejo a perfazer cerca de 88% da área regada. Já na região de Trás-os-Montes o sequeiro é dominante, com uma representatividade próxima dos 84% no total da área equivalente de sequeiro.

Quadro 14 – Programa Nacional de Plantação/Representatividade regional do regadio nas novas plantações

	<i>Regadio</i>		<i>Sequeiro</i>	
	<i>%</i>	<i>Densidade nº oliv./ha</i>	<i>%</i>	<i>Densidade nº oliv./ha</i>
Entre Douro e Minho	0%	---		
Trás-os-Montes	4%	280	84%	239
Beira Litoral	1%	257	2%	228
Beira Interior	3%	323	5%	282
Ribatejo e Oeste	3%	805	5%	249
Alentejo	88%	321	4%	195
Algarve	0%	302	0%	158

Fonte: GPPAA

Quadro 15 – Modernização do olival (1986-1999)

	Montantes estimados - em hectares				
	<i>Arranque</i>		<i>Plantação + Enxertia + Adensamentos</i>		
	<i>PEDAP</i>	<i>PAMAF</i>	<i>PEDAP</i>	<i>PAMAF</i>	<i>Total</i>
Entre Douro e Minho	268	49	-	-	-
Trás-os-montes	2 248	12	3 263	3 800	7 075
Beira Litoral	793	71	171	200	371
Beira Interior	3 142	51	1 007	840	1 847
Ribatejo e Oeste	13 982	1 434	1 205	860	2 065
Alentejo	10 103	583	7 733	6 900	14 633
Algarve	2 87				
Continente	31 004	2200	13 379	12 600	25 979

Fonte: Balanço do Investimento no Sector do Azeite/2001, IFADAP

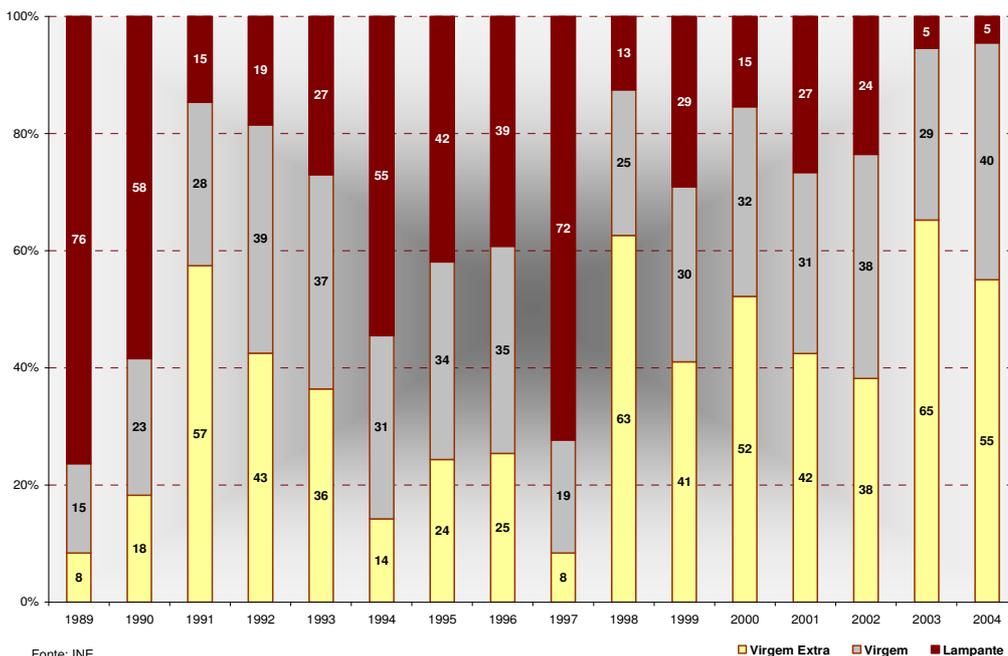
- Na introdução de melhorias na qualidade dos azeites produzidos⁴, face ao esforço de modernização da produção (apoiada pelas acções desenvolvidas no âmbito dos programas de melhoria da qualidade da produção do azeite), à melhoria das técnicas de extracção e ao controlo regular de qualidade, com repercussões numa redução muito acentuada da produção de azeite lampante, como se observa no gráfico seguinte;

⁴ Azeite virgem extra: Azeite virgem com uma acidez livre, expressa em ácido oleico, não superior a 0,8 g por 100 g.

Azeite virgem: Azeite virgem com uma acidez livre, expressa em ácido oleico, não superior a 2 g por 100 g.

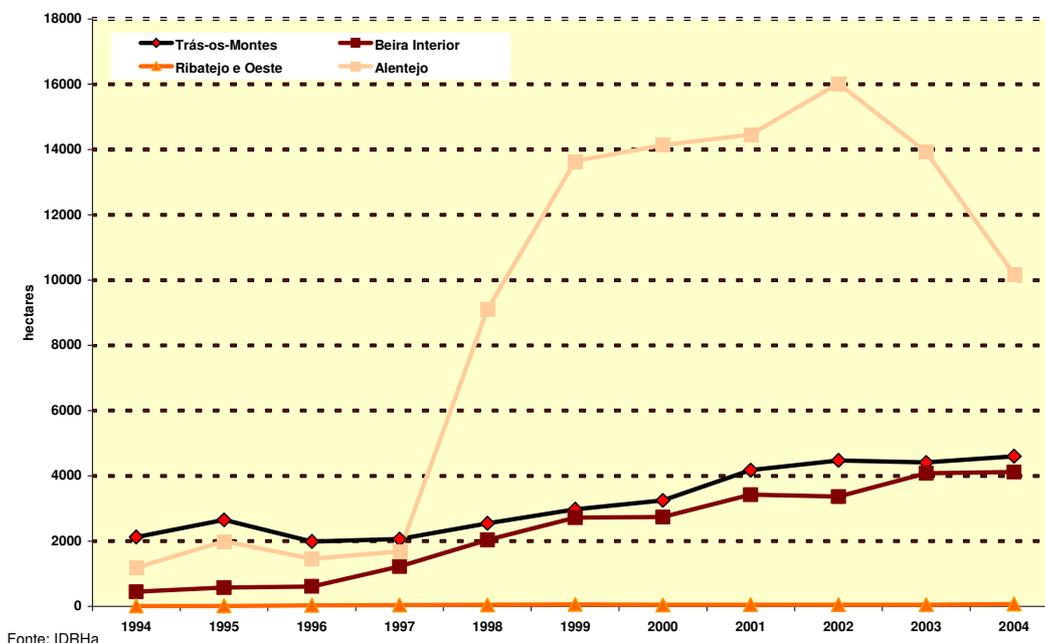
Azeite lampante: Azeite virgem com uma acidez livre, expressa em ácido oleico, superior a 2 g por 100 g.

Gráfico 15 - Produção de azeite segundo o grau de acidez



Na evolução da plantação de olival em modo de produção biológico, com um grau de implantação no mercado relativamente reduzido. A maior produção situa-se no Alentejo (60%), seguindo-se Trás-os-Montes (20%) e Beira Interior (15%).

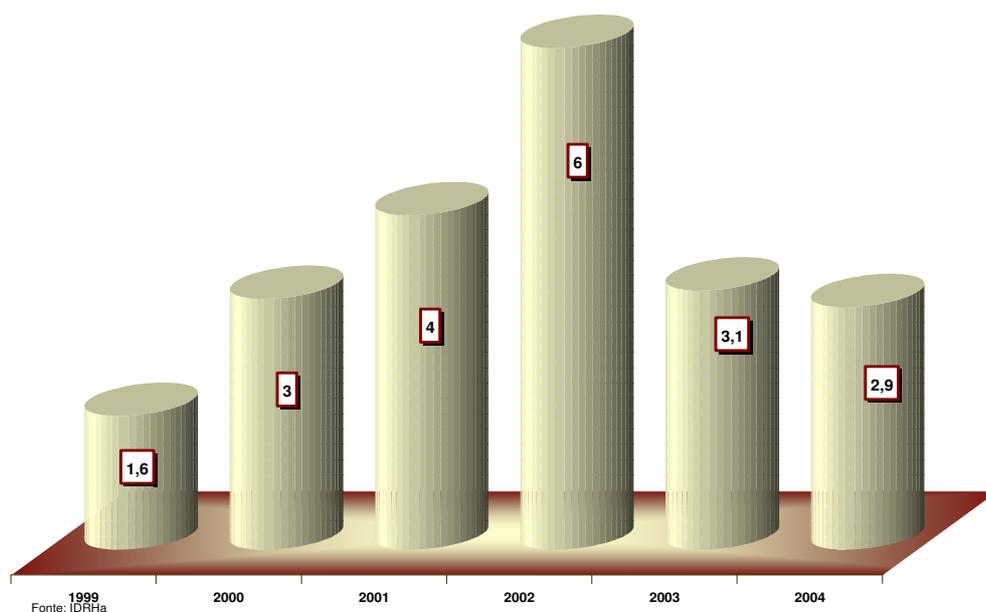
Gráfico 16 - Evolução da plantação de olival em modo de produção biológico



No reforço da qualidade/tipicidade, através da criação de seis Denominações de Origem Protegida (DOP) - Azeite de Trás-os-Montes, Azeites da Beira Interior, Azeites do Ribatejo, Azeites do Norte Alentejano, Azeite de Moura e Azeites do Alentejo Interior.

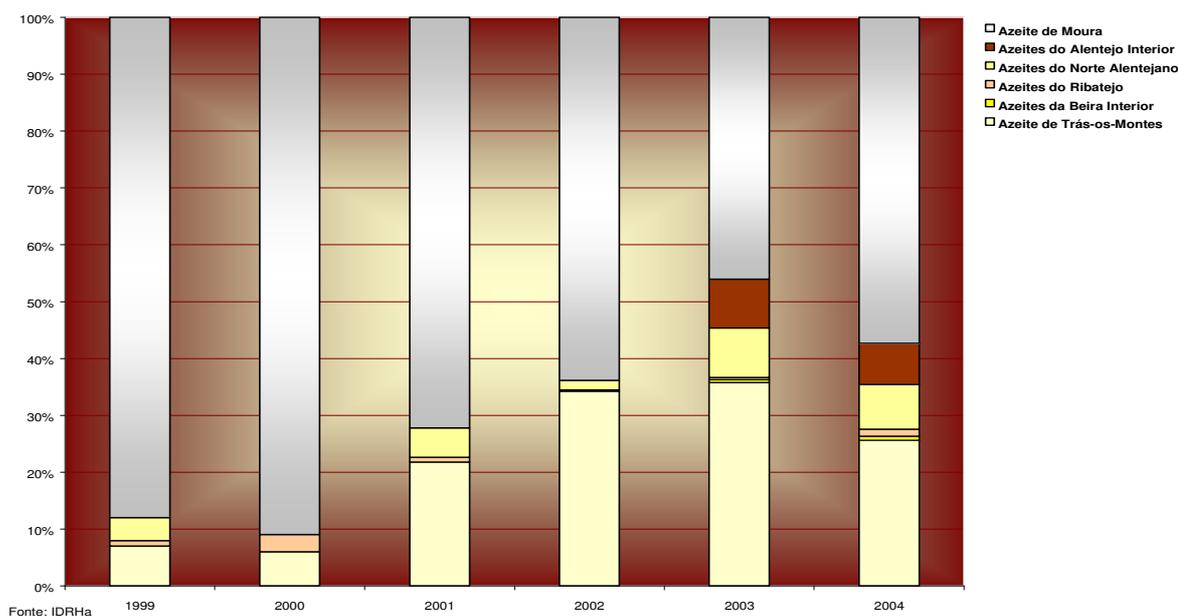
Em 2004, a produção de azeites DOP perfez cerca de 2.9% da produção nacional de azeite virgem. Nos anos mais recentes os azeites com nomes protegidos têm vindo a perder expressão à escala nacional, face aos preços inferiores dos azeites correntes e a bloqueamentos nos circuitos de comercialização (no caso do azeite de Moura a totalidade da produção é comercializada pelo agrupamento gestor da DOP e nas outras situações a comercialização é feita pelos produtores individualmente).

Gráfico 17 - Representatividade dos azeites com nomes protegidos no total da produção nacional de azeite virgem (%)



Dos vários azeites com nomes protegidos, o Azeite de Moura e o Azeite de Trás-os-Montes são os mais representativos, ganhando alguma expressão os outros azeites, nomeadamente o Azeite do Norte Alentejano e o Azeite do Alentejo Interior.

Gráfico 18 - Evolução da representatividade dos azeites com nomes protegidos (%)



2.3. Transformação

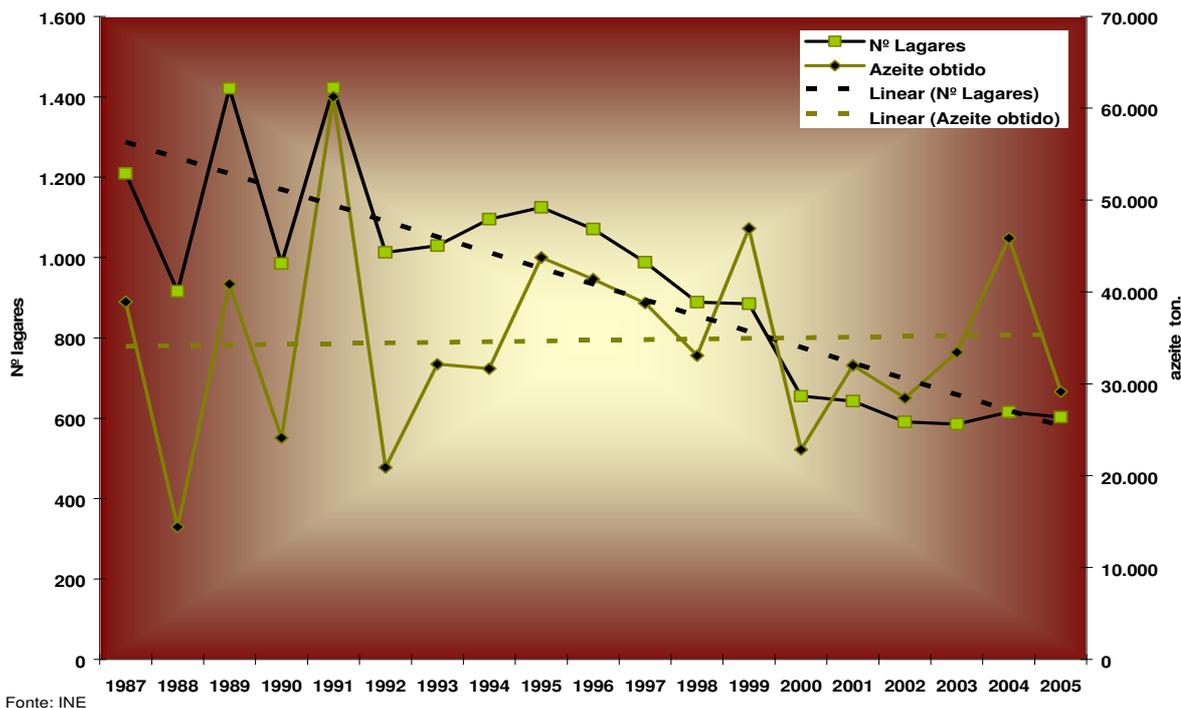
2.3.1. Azeite

2.3.1.1. Lagares

O número de lagares em laboração diminuiu substancialmente. Em 1987 existiam 1209 e na campanha de 1991/92 laboraram 1422. No período 1997-2005 assistiu-se a uma redução, passando de 1073 lagares para 616 na campanha de 2004/2005.

O Gráfico 19 apresenta esta evolução em articulação com a produção de azeite.

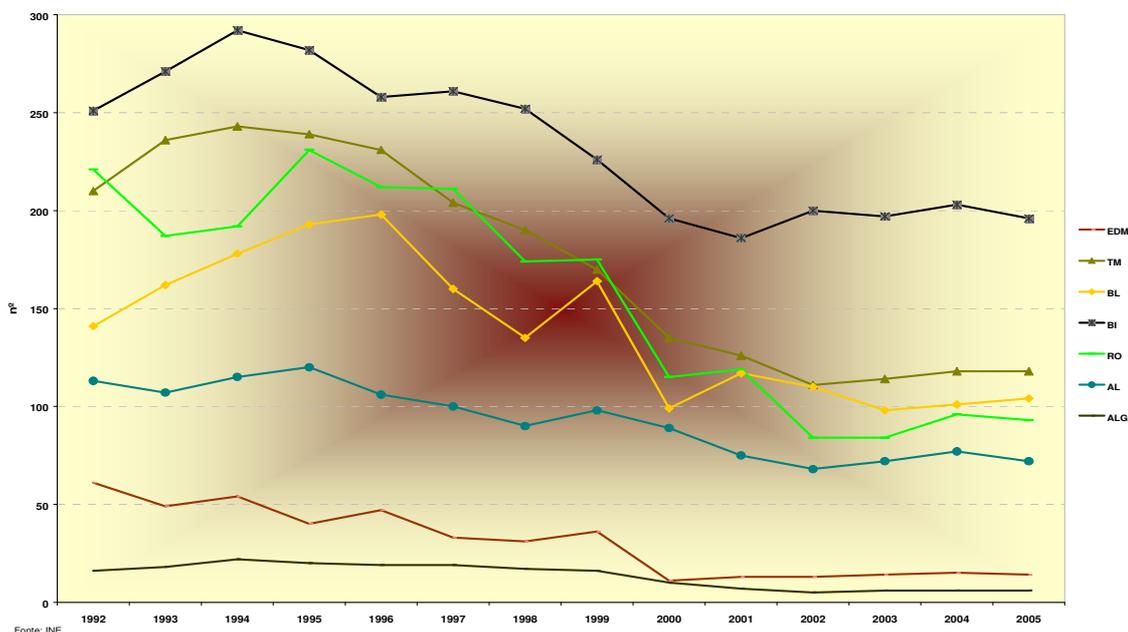
Gráfico 19 - Evolução do número de lagares e da quantidade de azeite obtido



Este processo de encerramento de lagares, que tem sido mais atenuado nos últimos anos, acompanhou as maiores exigências relacionadas com o licenciamento industrial que, vieram tornar mais relevantes uma série de problemas que, para além das questões ambientais, se têm vindo a colocar com alguma pertinência e que são de natureza higio-sanitária e técnico funcional.

A evolução do número de lagares por região agrária é apresentada no Gráfico 20.

Gráfico 20 - Evolução do número de lagares em laboração por região agrária



Verifica-se que a partir de 2000, de uma forma geral, a tendência é no sentido de uma certa estabilidade do número de lagares, verificando-se pequenas variações por campanha que se prendem, sobretudo, com a disponibilidade de matéria-prima nas várias regiões.

Na campanha de 2004/2005, que se caracteriza por ter sido uma campanha em que as quantidades de azeitona laborada (300.7 mil toneladas) se situaram 30% acima da média das 5 campanhas anteriores (230.2 mil toneladas), o número de lagares em funcionamento foi de 616.

Do quadro seguinte consta a distribuição dos lagares pelas várias regiões agrárias, a quantidade de azeitona produzida e laborada, bem como o azeite obtido.

Quadro 16 – Quantidades de azeitona produzida e laborada por região (campanha 2004/05)

	Azeitona proveniência	Nº de lagares		Azeitona laborada	Azeite obtido
	ton	nº	%	ton	ton
Entre Douro e Minho	2464	15	2	3857	461
Trás-os-Montes	79315	118	19	80081	13309
Beira Litoral	31835	101	16	38813	5159
Beira Interior	49923	203	33	47731	6422
Ribatejo e Oeste	29770	96	16	36441	4792
Alentejo	98800	77	13	86103	14585
Algarve	8592	6	1	7672	1132
Total	300699	616	100	300699	45860

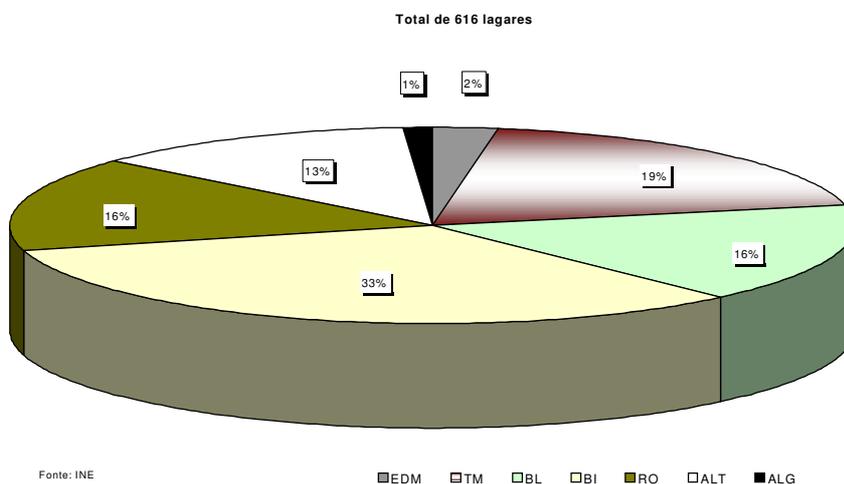
Fonte: INE

Embora ainda se verifique existir uma certa mobilidade da azeitona inter-regiões, este fenómeno que tem vindo a atenuar-se como consequência da reestruturação do sector olivícola e oleícola, continua a verificar-se com saídas de azeitona do Alentejo e de Trás-os-Montes para as restantes regiões.

A distribuição dos lagares pelas várias regiões espelha bem a estrutura da produção. A Beira Interior é a região agrária com maior número de lagares (33%), embora representando

apenas 14% na produção de azeite. As duas principais regiões produtoras, Trás-os-Montes e Alentejo, a que correspondem respectivamente 19% e 13% do nº de lagares, representam a principal fatia da quantidade de azeite produzido 29% e 31% respectivamente.

Gráfico 21 - Distribuição dos lagares por região agrária (2004)



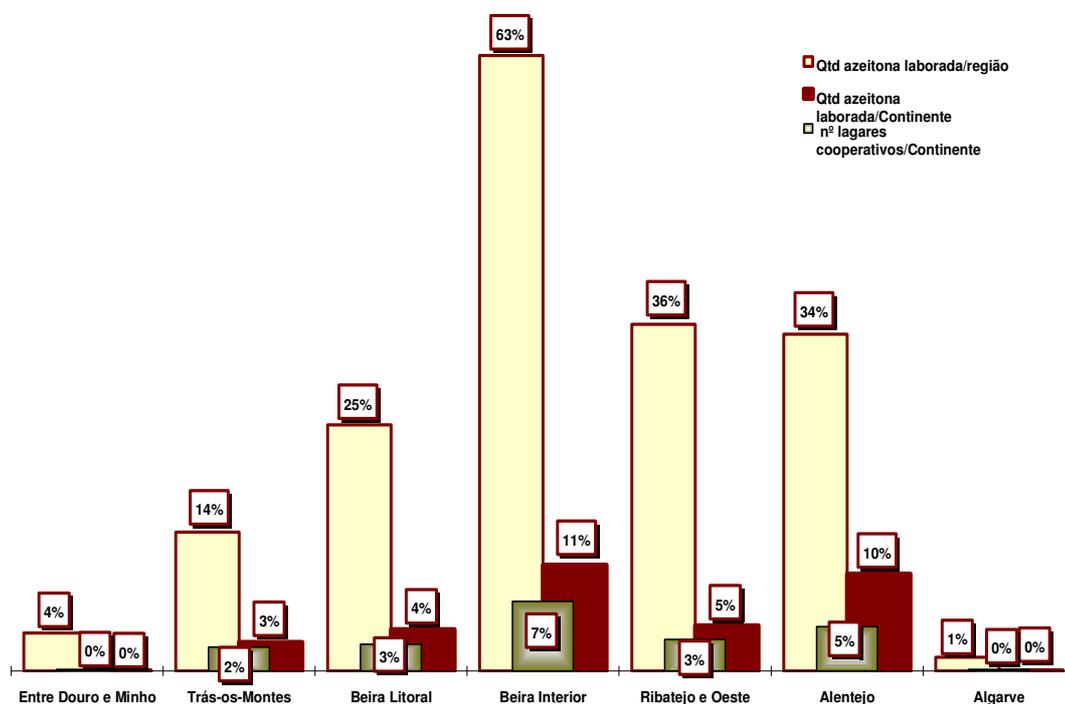
Quanto à sua natureza jurídica, dos 616 lagares:

- 26% são cooperativas, a que correspondem 35% da quantidade de azeite produzido;
- os lagares industriais representam em número 67% e em produção 61%;
- os lagares particulares, isto é, que só laboram azeitona do próprio, representam 6% em número e 3% em quantidade.

A maior concentração de lagares cooperativos ocorre na região da Beira Interior (7%), com uma forte expressão regional das quantidades laboradas de azeitona (63%). Nas regiões do Alentejo e Trás-os-Montes, a representatividade do número de lagares cooperativos é respectivamente de 5% e 2%, concentrando os lagares cooperativos da região do Alentejo 34% da azeitona laborada na região. Em Trás-os-Montes esta representatividade é de 14%.

Comparando as realidades das regiões Alentejo e Beira Interior, sobressai que, embora o número de lagares cooperativos seja menos expressivo no Alentejo, o dimensionamento destes lagares permite a laboração de azeitona em quantidades idênticas às da Beira Interior.

Gráfico 22 – Expressão do sector cooperativo em nº de lagares e em quantidade de azeitona laborada (campanha 2004/05)



A tendência geral de redução do número de lagares tem sido no sentido da sua concentração num menor número de unidades, melhor dimensionadas e melhor equipadas, favorecendo, também, um maior grau de concentração em termos de localização, que contribui para aumentar o tempo de transporte da azeitona ao lagar e que, por isso, tem vindo a ser acompanhada pela criação de postos de recepção de azeitona.

Esta tendência deverá acentuar-se nos próximos anos face à entrada em produção das novas plantações efectuadas ao abrigo e fora do programa nacional de plantação, numa dinâmica que será seguramente mais expressiva na região do Alentejo.

2.3.1.2. Tipologia dos lagares

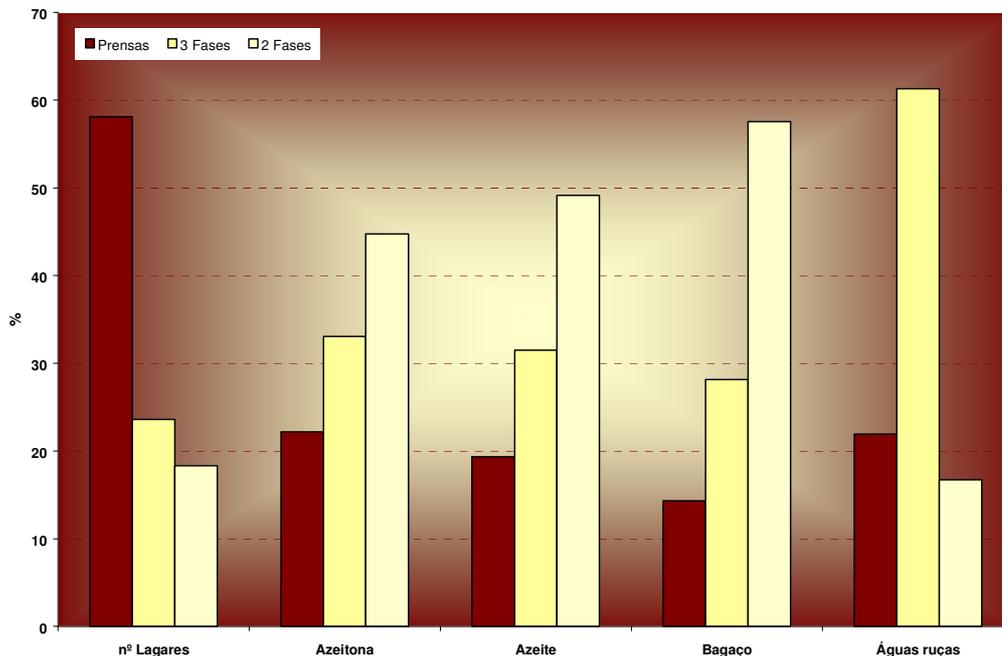
Os investimentos nos lagares realizados nos últimos anos consistiram basicamente na remodelação dos seus equipamentos de recepção de azeitona, extracção e armazenagem de azeite.

As melhorias introduzidas ao nível das tecnologias de extracção de azeite, através da substituição dos sistemas tradicionais de prensas por linhas contínuas de extracção por centrifugação de massas, primeiro em três fases e mais recentemente em duas fases foram normalmente acompanhadas por um aumento das escalas de produção.

Esta modernização, ao contribuir para a redução do tempo de espera da azeitona até ser laborada, tem tido reflexos muito positivos na melhoria da qualidade do azeite obtido. Tem igualmente contribuído para uma diminuição substancial da incidência ambiental provocada pelos efluentes dos lagares já que, no caso dos sistemas contínuos de duas fases não há produção de água rusa, sendo o efluente apenas resultante das águas de lavagem da azeitona e dos equipamentos.

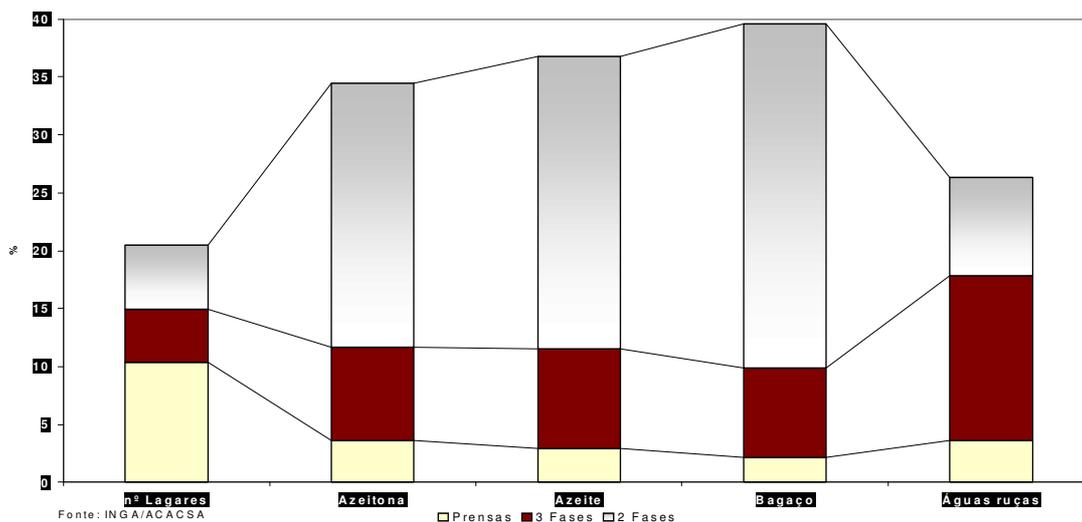
Na campanha de 2004/2005, em que laboraram 616 lagares, para uma produção de azeite de 46.3 mil toneladas, 19% do azeite foi obtido em lagares de prensas, 31% em lagares contínuos de três fases, 49% em lagares contínuos de duas fases.

Gráfico 23 – Número de lagares e produção por tipologia dos lagares na campanha 2004/05



Foram 126 os lagares cooperativos que laboraram nesta campanha, contribuindo para 37% do azeite foi obtido: 3% em lagares de prensas, 9% em lagares contínuos de três fases e 25% em lagares contínuos de duas fases.

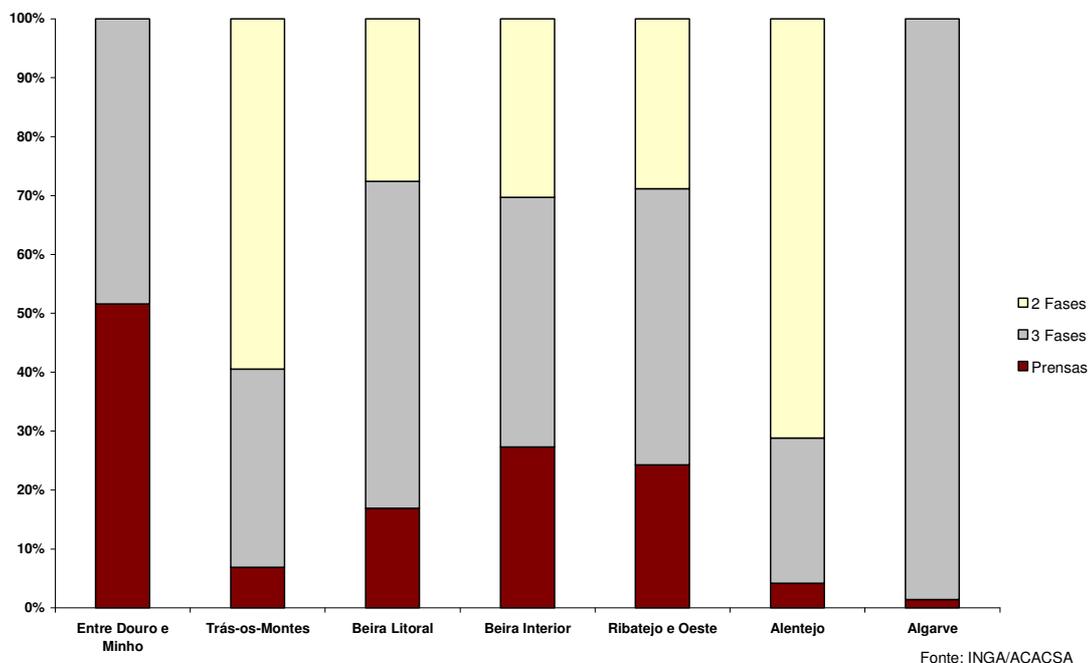
Gráfico 24 – Representatividade do número de lagares cooperativos e sua expressão na produção por tipologia dos lagares (campanha 2004/05)



Em termos de capacidades, na campanha 2004/05, a distribuição das capacidades efectivas por tipologia de lagares foi a seguinte: 14% em prensas, 39% em três fases e 47% em duas fases. A Beira Interior é a região em que a capacidade de lagares de prensas tem mais

expressão (31%). O Alentejo e Trás-os-Montes são as regiões em que a capacidade de lagares de duas fases tem maior representatividade, respectivamente de 41% e 31%. Nas restantes regiões, nomeadamente no Ribatejo e Oeste e na Beira Interior, a maior capacidade está ainda associada aos lagares de três fases.

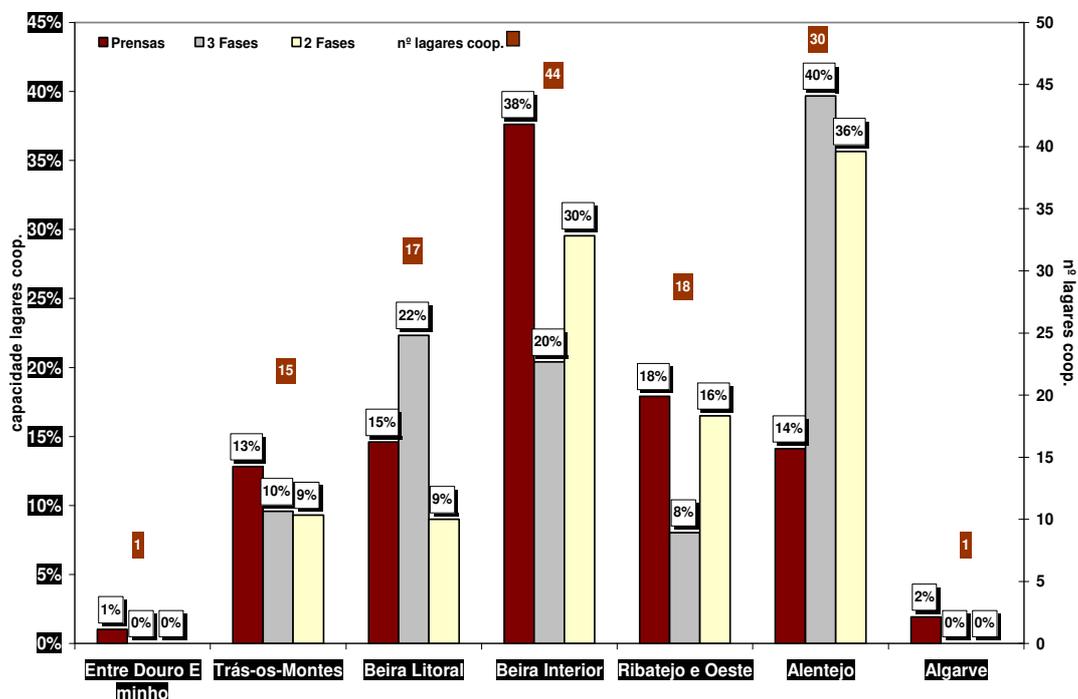
Gráfico 25 – Distribuição regional da capacidade por tipologia dos lagares (campanha 2004/05)



Cerca de 61% da capacidade utilizada dos lagares de duas fases é imputável a lagares cooperativos. Estes perfazem 31% e 8% da capacidade global dos lagares, respectivamente, de três fases e de prensas.

Os lagares cooperativos têm tido uma forte intervenção no esforço de modernização do sector da transformação, quer em termos de dimensionamento dos lagares, quer na evolução dos sistemas tradicionais de extracção para sistemas contínuos. O Alentejo é a região em que esta tendência tem sido mais marcada.

Gráfico 26 – Distribuição regional da capacidade por tipologia dos lagares cooperativos (campanha 2004/05)



Fonte: INGA/ACACSA

As quantidades de efluente e subprodutos/resíduos, originados pela laboração dos lagares, dependem para cada campanha da quantidade de azeitona laborada e da tipologia dos lagares existentes.

A evolução registada no sector, nomeadamente a instalação de maior número de *decanter* de duas fases em substituição dos de três fases, tem vindo a determinar a diminuição das quantidades de água russa produzida, aumentando em contrapartida a quantidade de bagaços com teores de humidade bastante elevados, da ordem dos 60-70%.

No que respeita à produção de água russa, 60% da água russa foi produzida em lagares de três fases. Relativamente ao bagaço, subproduto da extracção de azeite, 55% é obtido em sistemas contínuos de duas fases.

2.3.1.3. Subprodutos/Resíduos

Bagaços

A evolução tecnológica verificada nos últimos anos, originou que se viessem a produzir cada vez mais bagaços húmidos (obtidos nos sistemas contínuos de duas fases) evitando-se a produção de águas russas.

Enquanto que nos lagares de prensas e contínuos de três fases, o bagaço produzido ainda representa uma mais valia em termos económicos, sendo adquirido pelas fábricas de extracção de óleo de bagaço, o bagaço húmido dos sistemas de duas fases, praticamente não tem valor comercial, dadas as suas características de humidade e viscosidade que tornam difícil o seu transporte, armazenagem e secagem. Tendo em vista a sua utilização como subproduto torna-se necessário proceder a uma pré-secagem.

É nas regiões do Alentejo e Trás os Montes que a problemática destes bagaços húmidos se fez sentir com maior incidência dada a relevância do azeite obtido em sistemas de duas fases.

Esta situação foi ultrapassada no Alentejo com a entrada em funcionamento em 2001 de uma grande unidade de secagem (UCASUL –União de Cooperativas do Sul, CRL) que processa os bagaços húmidos produzidos na região. Na região Norte existem também duas unidades de secagem que, praticamente, escoam os bagaços húmidos da região.

A valorização conseguida para estes bagaços não chega a compensar os custos adicionais com a secagem, pelo que se têm tentado encontrar alternativas para a sua eliminação (como alternativa possível para a utilização dos bagaços surge a compostagem e a utilização directa nos solos agrícolas, que está a ser estudada).

Estes bagaços depois de reduzida a sua humidade, tal como os bagaços de prensas e dos sistemas de três fases, são canalizados para as fábricas de extracção de óleo de bagaço, de onde, para além do óleo de bagaço bruto se obtém o bagaço extractado. Este último é valorizado como fonte energética para queima em caldeiras. O óleo de bagaço bruto depois de refinado é comercializado como óleo alimentar de bagaço de azeitona⁵.

Águas russas

Numa tentativa de aproveitamento e como uma possível solução dos problemas ambientais provocados pelas águas russas, é possível a sua eliminação através da utilização na rega de solos agrícolas (Despacho conjunto nº 626/2000, do MADRP e MAOT). Esta tem sido a solução adoptada por uma maior percentagem de lagares. Outra solução possível é a evaporação em lagoas, ou ainda, a sua rejeição nos colectores municipais após pré tratamento.

2.3.2. Azeitona de mesa

No sector de transformação de azeitona de mesa, destaca-se a Região de Trás-os-Montes, com 50% das empresas e certificação de 45% da azeitona entregue, seguida do Alentejo com representatividade nestas características de 23% e 22%, respectivamente.

Quadro 17 - Empresas transformadoras de azeitona de mesa

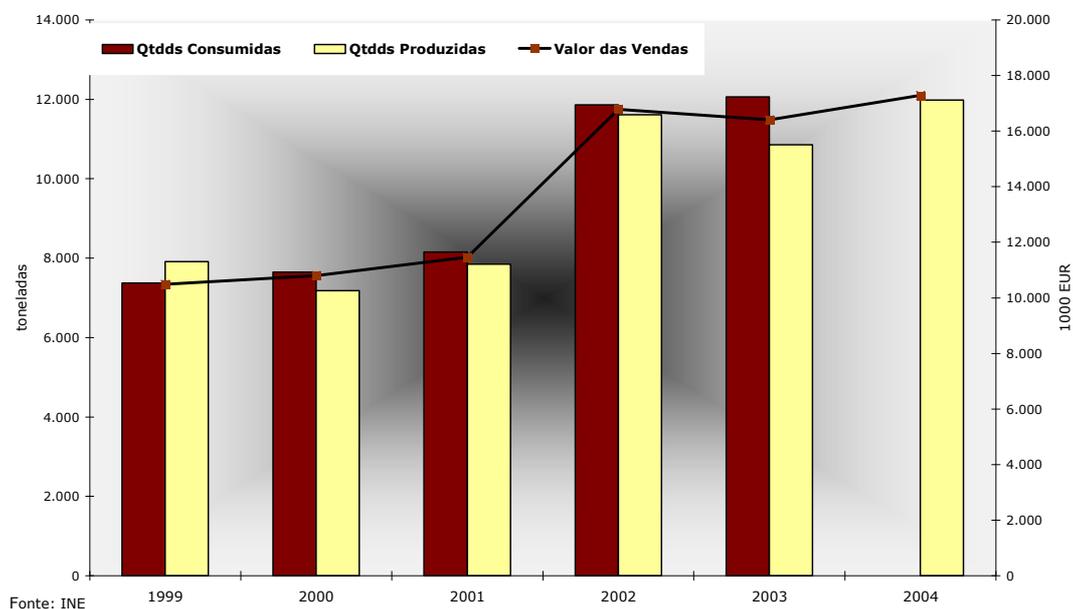
Região Agrária	Nº Empresas	Azeitona produzida (ton)	Azeitona Certificada (ton)
Entre Douro e Minho	2	192	2
Trás-os-Montes	13	3 661	45
Beira Litoral	2	1 210	15
Beira Interior	3	1 331	16
Ribatejo e Oeste	-	-	-
Alentejo	6	1 822	22
Algarve	-	-	-
Total	26	8 216	100

Fonte: INGA

Em 2001 (último ano em que esta variável foi recolhida), 75 % da azeitona transformada produzida foi preta, sendo 44 % preta oxidada. A azeitona verde representou apenas 11 % e a descarçada 10 %.

⁵ Óleo obtido por loteamento de óleo de bagaço de azeitona refinado e de azeite virgem, com exclusão de azeite lampante, com uma acidez livre expressa em ácido oleico não superior a 1 gr por 100 gr e com as outras características conformes às previstas para esta categoria

Gráfico 27 - Indústria de transformação de azeitona de mesa



Em 2004, o preço médio de aquisição da azeitona para indústria foi de cerca de 63 cêntimos Kg e o preço médio de venda da azeitona transformada de 1.6 Euros/ Kg.

Quadro 18 - Preço médio de venda da azeitona para indústria e da azeitona de mesa

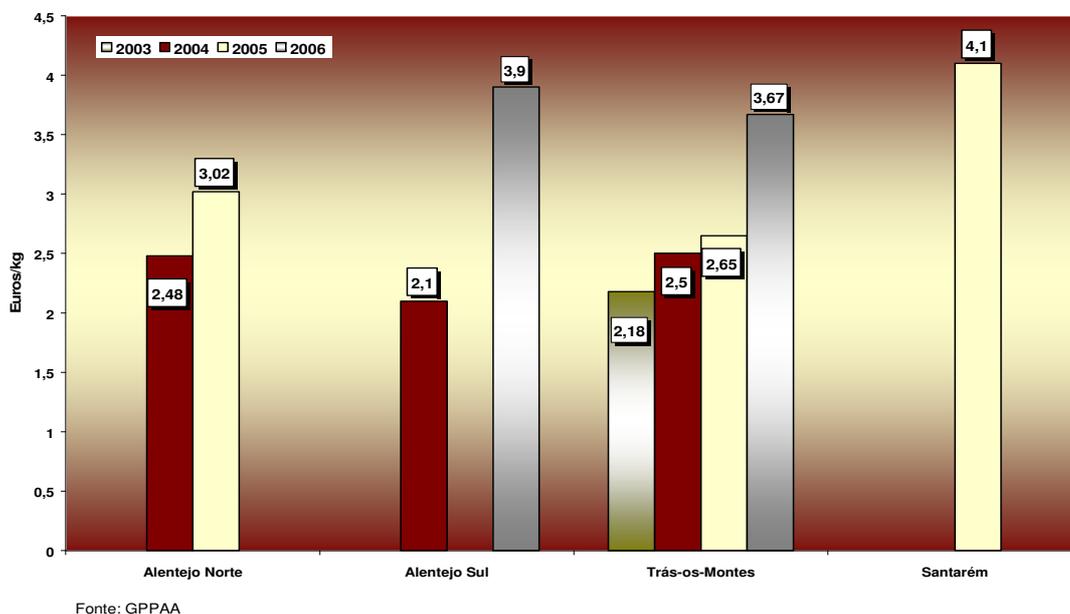
	Azeitona p/ Indústria	Azeitona Transformada
	Cêntimos	EUROS
1999	62,1	1,4
2000	70,4	1,6
2001	73,3	1,5
2002	63,6	1,5
2003	64,2	1,6
2004	62,9	1,6

Fonte: INE

2.4. Comercialização

Os preços à produção reflectem as oscilações da produção mundial/comunitária associada às condições climáticas e ao fenómeno de alternância da produção, tendendo estas oscilações de preços a esbater-se face aos investimentos realizados, sobretudo em Espanha, a aumentos da área de olival e a uma melhoria das cultivares. A situação de quebra da produção mundial registada na campanha 2005/06, marcada por uma redução significativa da produção espanhola (cerca de 17%), contribuiu para que os preços chegassem a atingir os 3.9 e os 4.1 €/Kg no azeite Virgem Extra.

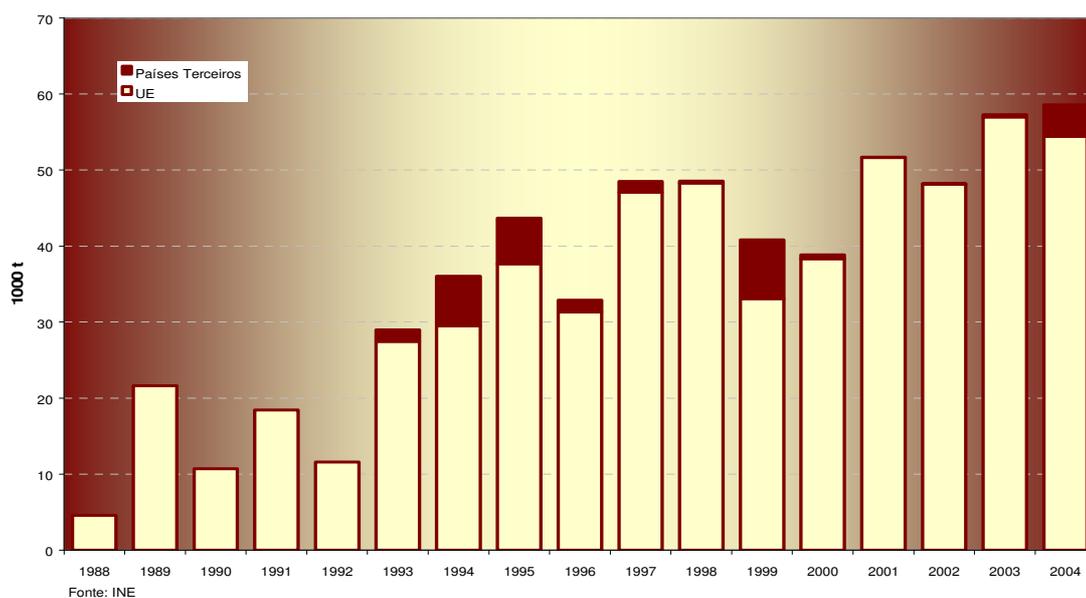
Gráfico 28 - Evolução dos preços à produção no Azeite Virgem Extra (azeite a granel)



A produção nacional de azeite satisfaz cerca de 50 a 60% das necessidades de aprovisionamento do nosso país, sendo os restantes 40 a 50% assegurados pela entrada de azeite com proveniência comunitária, sendo Espanha a sua principal fonte de abastecimento.

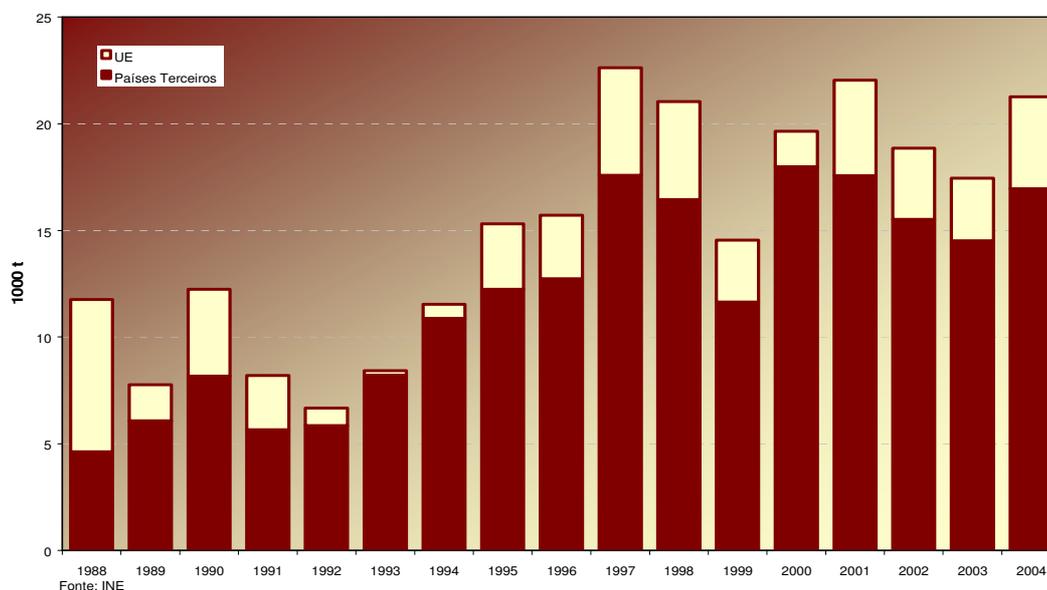
Estes números indiciam a importância que a importação reveste quer nas necessidades do consumo quer no abastecimento da indústria para exportação.

Gráfico 29 - Evolução das entradas de azeite (Portugal)



Cerca de 60-70% do montante equivalente de produção é comercializado no exterior, dominando como mercados alvo o Brasil, a Venezuela, os EUA e o Canadá.

Gráfico 30 - Evolução das saídas de azeite (Portugal)



Portugal é maioritariamente exportador de azeite para países terceiros, registando algum acréscimo das vendas nos mercados venezuelano, americano e canadiano.

Quadro 19 - Distribuição das saídas de azeite pelos principais países de destino

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
África do Sul	628	256	342	237	387	160	300	213
Alemanha	77	102	2	53	73	74	42	25
Angola	511	483	455	361	442	612	524	663
Brasil	9 907	13 453	12 076	8 474	13 645	13 012	10 692	9 848
Cabo Verde	337	524	577	463	497	482	545	525
Canadá	281	366	497	275	346	299	373	353
Espanha	2 470	3 905	2 739	2 390	600	3 657	2 638	2 278
EUA	600	949	930	587	888	968	1 497	1 871
França	337	399	349	291	746	561	457	460
Reino Unido	23	385	692	13	26	36	40	39
Venezuela	188	1 032	961	787	1 181	1 525	1 069	495
Outros	348	765	1 418	615	809	655	680	680
Total	15 708	22 618	21 040	14 546	19 640	22 041	18 856	17 451

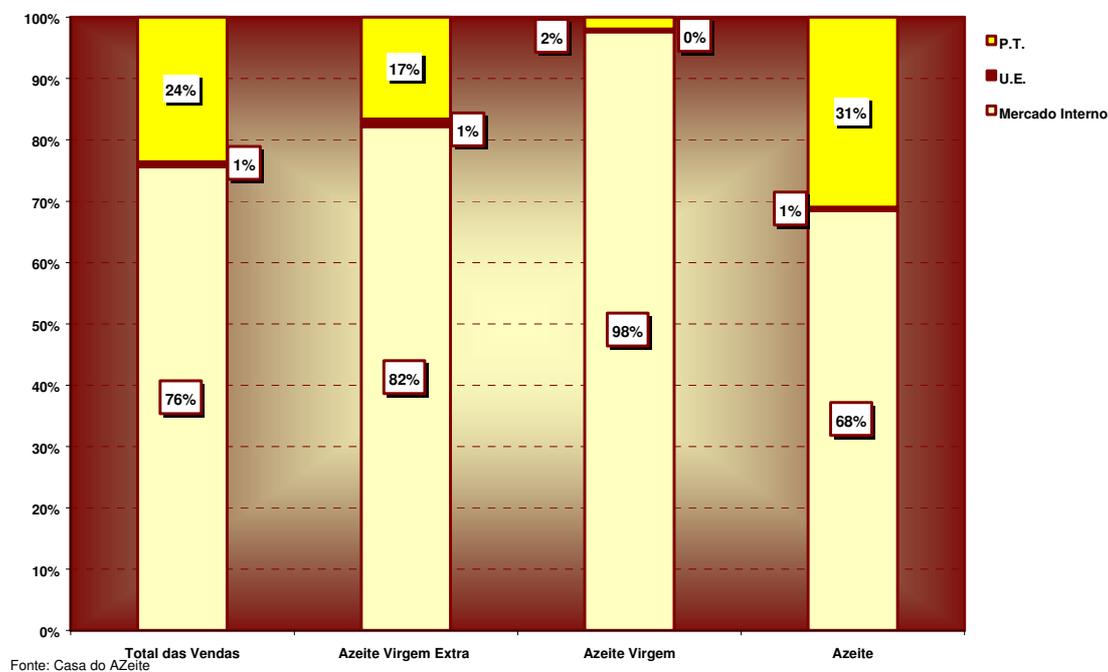
Fonte: INE

No azeite comercializado ao consumidor final, para além dos azeites Virgem Extra e Virgem, existe ainda o tipo comercial Azeite que resulta da mistura do azeite virgem não lampante com o refinado.

O mercado interno é assegurado por cerca de 54 embaladores, havendo uma grande concentração da oferta num número bastante restrito (em 2005, os dez maiores embaladores detiveram uma quota de mercado de 90% nas vendas totais de azeite

embalado, estas últimas da ordem das 56 864 toneladas). No universo cooperativo, as onze maiores estruturas cooperativas totalizaram em 2004 e 2005, respectivamente, 5.4% e 7.1% das vendas de azeite embalado.

Gráfico 31 – Quotas de mercado em % dos segmentos dos produtos (2005)



Segundo o INE, o ramo de actividade económica das indústrias transformadoras evidencia uma estrutura empresarial caracterizada, num universo de 302 empresas, pela dominância de empresas de dimensão micro (94.7%), que empregam menos de 10 trabalhadores e com um volume de negócios até 2 milhões de Euros. As empresas de pequena dimensão existem numa percentagem mais reduzida (5.3%), não obstante representarem 63.8% do volume de negócios do sector da transformação. Não se regista a existência de empresas de média e de grande dimensão.

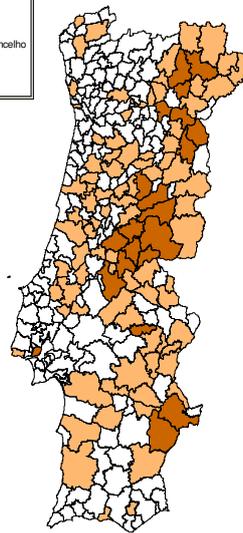
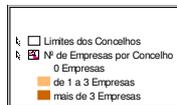
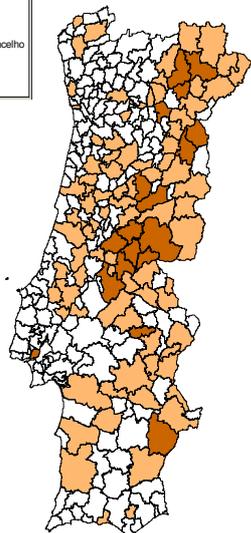
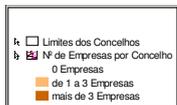
Mapa 3 - Empresas de olivicultura

Micro empresas:

<10 trabalhadores e volume negócios <=2 milhões €

Pequenas empresas

<50 trabalhadores e volume negócio <=10 milhões €



2.4.1. Acordos comerciais

Acresce, finalmente, elencar alguns dos desafios que a Política Comercial da União Europeia coloca nos próximos anos ao sector:

- As negociações da Organização Mundial do Comércio em matéria de melhoria no acesso aos mercados, com consequências numa redução do grau de protecção da fronteira comunitária, mas criando, igualmente, oportunidades de acesso aos mercados de países terceiros, nomeadamente a mercados com margens de crescimento por explorar e a mercados emergentes;
- A celebração de uma Zona de Comércio Livre Euromediterrânica no horizonte 2010.

O processo de liberalização dos mercados internacionais, a desenvolver no quadro da agenda de Doha (estando as negociações suspensas desde 27 de Julho de 2006), sob a égide da Organização Mundial do Comércio, deverá levar a uma diminuição da protecção nas fronteiras. Se esta evolução significa uma redução do grau de protecção na fronteira da UE, constitui-se, também, dada a posição de liderança da UE sobre o mercado mundial, como uma janela de oportunidades para aceder a outros mercados.

De acordo com a proposta comunitária, apresentada em 28 de Outubro de 2005, no quadro destas negociações, elaborou-se o cenário seguinte que mostra as consequências sobre os direitos específicos (não *ad valorem*) no sector do azeite, isto é, a sua redução, conforme os montantes a seguir referidos:

Quadro 20- Proposta de redução dos direitos actuais para o azeite / Agenda de Doha

Produto/linha Tarifária		Dtos actuais		Proposta
NC	Descritivo	Direito da Pauta não <i>ad</i> <i>valorem</i>	% de redução	Direito da Pauta não <i>ad</i> <i>valorem</i>
15091010	Azeite virgem lampante	122.6 €/100 kg/net	50%	61.3 €/100 kg/net
15091090	Outros Azeites Virgens	124.5 €/100 kg/net	50%	62.35 €/100 kg/net
15099000	Azeite não Virgem	134.6 €/100 kg/net	45%	74.0 €/100 kg/net

Fonte: GPPAA

Quadro 21- Contingentes preferenciais de importação com direito nulo (UE)

Origens	Contingente 2006 toneladas
Tunisia 15091010 et 15091090	56.700
Marrocos 1509 et 1510	3.815
Cisjordânia-Banda de Gaza 150910	2.500
Jordânia 1509 10	2.000
Líbano 150910 et 15100010	1.000
Argélia 1509 et 1510	1.000
Total	67.015

Num cenário de redução do grau de protecção comunitária, a grande ameaça surge por parte dos parceiros mediterrânicos que, com excepção da Tunísia e da Turquia, funcionam actualmente como países produtores sem uma grande vocação exportadora. Estes países têm contudo vindo a expandir fortemente a sua produção, podendo no curto prazo competir com o mercado europeu na conquista de novos mercados, e, por força da negociação de uma Zona de Comércio Livre Euromediterrânica, ganhar quota de mercado sobre o espaço comunitário.

2.5. Sistemas de qualidade, ambiente e segurança alimentar

O azeite tem, hoje, uma imagem muito positiva junto dos consumidores, quer pelas suas características organolépticas quer pelas suas propriedades benéficas para a saúde. A manutenção e promoção desta imagem têm sido uma das orientações privilegiadas da política comunitária, que tem na sua base a defesa duma política de qualidade, e que se concretiza num quadro regulamentador dirigido, nomeadamente, para a diferenciação dos produtos através da regulamentação das denominações específicas e da garantia da qualidade mínima na óptica da conformidade com os requisitos ambientais e de segurança alimentar. Destacam-se, a seguir, as principais medidas consignadas na óptica da qualidade.

Melhoria da Qualidade e Valorização do Produto

- Diferenciação da qualidade através da promoção de produtos que sejam provenientes de uma área geográfica delimitada, satisfazendo um determinado número de especificações, enumeradas num caderno de especificações, as Denominações de Origem Protegidas (DOP) e as Indicações Geográficas Protegidas (IGP), Regulamento (CE) nº 510/2006.
- Adaptação da classificação, a partir de 1 de Novembro de 2003, dos vários tipos de azeite, que se traduziu numa redução da taxa de acidez, e introdução de nova regulamentação na rotulagem das embalagens de azeite. Esta limita a dimensão máxima da embalagem a retalho a 5 litros, a rotular com um descritivo claro da categoria de azeite contida no recipiente, a que acresce os normativos comunitários horizontais sobre rotulagem dos géneros alimentícios.

	Iniciativa comunitária	Iniciativa nacional
Classificação dos vários tipos de azeite	Regulamento (CE) nº 865/2004, do Conselho, de 29 de Abril, relativo à Organização Comum de Mercado no sector do azeite e da azeitona de mesa	-----
Rótulos das embalagens	Regulamento (CE) nº 1019/2002, da Comissão, de 13 de Junho – alterado pelos Regulamentos (CE) nºs 1964/2002, 1176/2003 e 1044/2006 - relativo às normas de comercialização a nível do comércio a retalho, específicas dos azeites e do óleo de bagaço de azeitona e que estabelece as normas de embalagem, rotulagem, apresentação e publicidade)	Decreto-Lei nº 16/2004, de 14 de Janeiro

De acordo com a nova classificação, que entrou em vigor a 1 de Novembro de 2003, os azeites virgens passaram⁶ a classificar-se em:

- azeite virgem extra (acidez igual ou < 0.8%)
 - azeite virgem (acidez superior a 0.8% e igual ou < 2%)
 - azeite lampante (acidez > 2%)
- O azeite e a azeitona de mesa são elegíveis para financiamento das campanhas informativas e promocionais de incentivo ao consumo, na UE e em países terceiros, estas últimas confiadas ao Conselho Oleícola Internacional.
 - Aplicação de novas ajudas à melhoria da qualidade e da comercialização, financiadas pela retenção de 10% do montante atribuído ao Regime de Pagamento Único, no contexto da reforma do sector. Estas ajudas, concedidas sob a forma de um pagamento

⁶ Até Novembro 2003, os azeites virgens eram classificados e denominados do seguinte modo: **Azeite virgem extra** – Azeite virgem com uma acidez livre, expressa em ácido oleico, não superior a 1 g por 100 g e com as características conformes com as previstas para esta categoria. **Azeite virgem** - Azeite virgem com uma acidez livre, expressa em ácido oleico, não superior a 2 g por 100 g e com as outras características conformes com as previstas para esta categoria. **Azeite virgem corrente** - Azeite virgem com uma acidez livre, expressa em ácido oleico, não superior a 3,3 g por 100 g e com as outras características conformes com as previstas para esta categoria. **Azeite virgem lampante** – Azeite virgem com uma acidez livre, expressa em ácido oleico, superior a 3,3 g por 100 g e com as outras características conformes com as previstas para esta categoria.

complementar aos produtores⁷, têm por objectivo, simultaneamente, promover a concentração da oferta e a melhoria da qualidade do azeite, através de um pagamento complementar ao olivicultor em função do teor de gordura e grau de acidez da azeitona ou do azeite obtido (pelo calibre, no caso da azeitona de mesa), na condição de o mesmo ser entregue às suas organizações.

- Interdição da tradicional utilização do galheteiro nos estabelecimentos de hotelaria, de restauração e de restauração e bebidas⁸. O objectivo é garantir que o azeite posto à disposição do consumidor final seja acondicionado em embalagens munidas de um sistema de abertura que perca a sua integridade após a primeira utilização e não sejam passíveis de reutilização, ou com um sistema de protecção que não permita a sua reutilização após esgotamento do conteúdo original referenciado no rótulo.

O Olival , o Azeite e o Ambiente

O olival é uma cultura de múltiplas valências, que vão desde a sua função económica à ambiental, realçando o seu contributo para a paisagem, ocupando áreas importantes e em regiões desfavorecidas do nosso território. Do ponto de vista ambiental, duas áreas em particular têm sido desenvolvidas nestes últimos anos.

- O apoio à manutenção ou introdução de práticas mais amigas do ambiente como a protecção e a produção integradas e a agricultura biológica, incentivadas através da contratualização de ajudas agro-ambientais.
- Na transformação, à implementação de novos métodos de extracção, introdução de melhorias na armazenagem do azeite e na eliminação dos resíduos. O maior problema ambiental do sector da transformação traduz-se na produção de águas rússas e ou de bagaços de azeitona com diferentes teores de humidade, e ainda de resíduos, estes últimos procedentes das operações de limpeza e de lavagem das azeitonas e das embalagens.
- A uma contribuição positiva para a manutenção do valor natural e paisagístico de algumas regiões.

Os principais instrumentos de actuação foram as medidas agro-ambientais, iniciadas em 1994 e continuadas no período QCA III.

Segurança Alimentar

- Desde Janeiro de 2005 que é obrigatório assegurar a rastreabilidade em todas as fases da produção, transformação e distribuição (Regulamento (CE) nº 178/2002), para o que cada empresa deve prever um sistema de forma a poder identificar a origem dos seus inputs e o destino dos seus outputs. A partir de Janeiro de 2006 (Regulamento (CE) nº 852/2004 do Parlamento e do Conselho, de 29 de Abril de 2004, relativo à higiene dos géneros alimentícios), as empresas do sector devem prever uma abordagem integrada da segurança alimentar, garantindo que esta não é comprometida desde o local da produção até à colocação no mercado ou à exportação.

Para este efeito, as empresas deverão aplicar programas de segurança e procedimentos baseados nos princípios do Sistema de Análise de Riscos e de Controlo dos Pontos Críticos (HACCP "Hazard Analysis and Critical Control Points"), cujos princípios gerais estão inscritos no artigo 18º do Regulamento (CE) nº 178/2002, em associação com a observância de Boas Práticas de Higiene.

⁷ Despacho normativo nº 11/2006

⁸ Portaria nº 24/2005, de 11 de Janeiro

O processo de certificação da implementação do HACCP deverá ter como referenciais normas reconhecidas a nível internacional: ISO 22000:2005, Codex Alimentarius "Princípios Gerais da Higiene dos Alimentos".

2.6. Organização da fileira

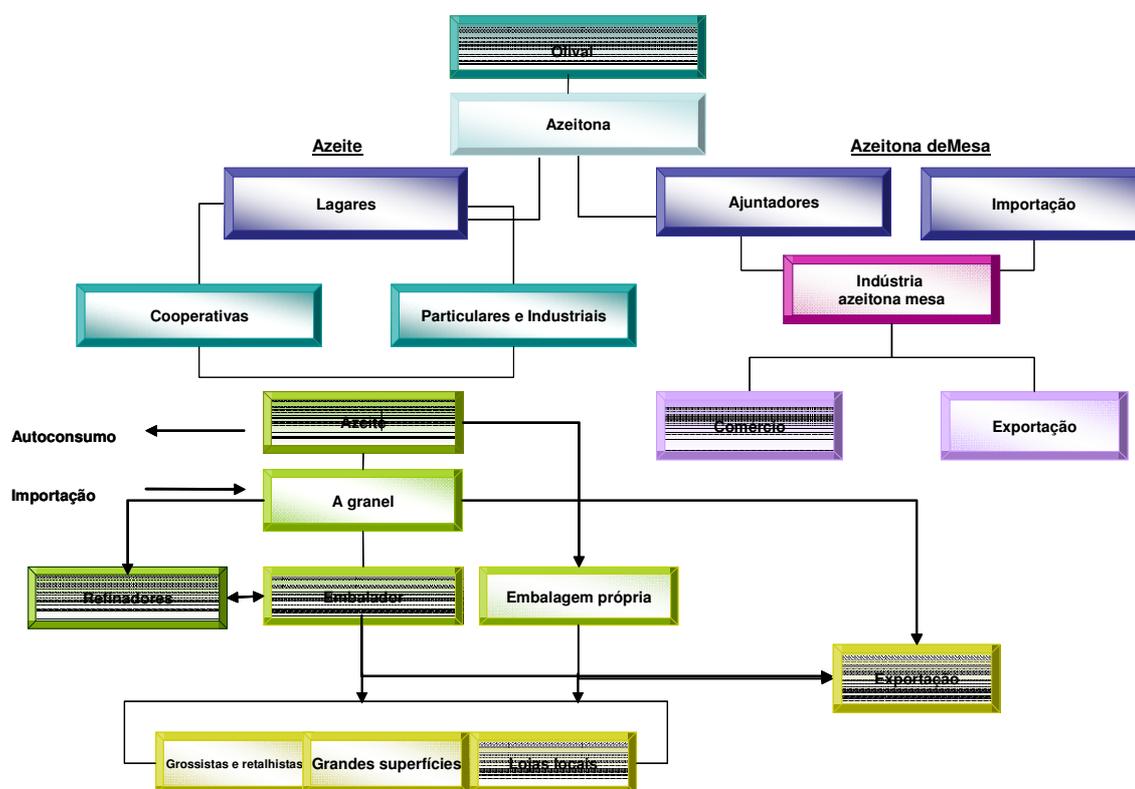
A fileira oleícola abrange um conjunto variado de agentes e actividades que incluem olivicultores, lagares/unidades de transformação, refinadores, embaladores, envolvidos nos diversos aspectos da produção, transformação, comercialização, quer de azeite quer de azeitona de mesa.

A produção, conforme já foi referido, estende-se a todas as regiões do Continente, predominando nas regiões de Trás-os-Montes e Alentejo.

O sector da transformação, lagares cooperativos ou privados, caracteriza-se por uma grande pulverização da oferta com predominância das microempresas, com tendência para aumento do grau de concentração.

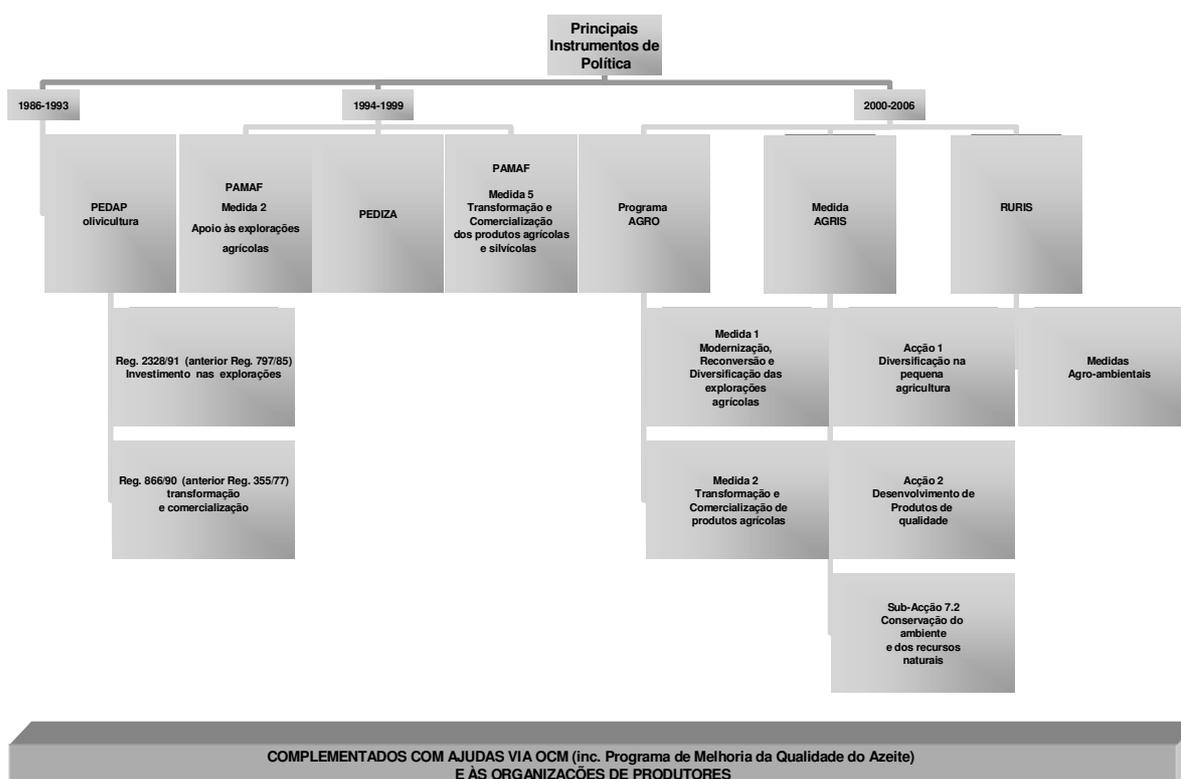
No escalão seguinte da transformação constata-se uma redução significativa do número de empresas embaladoras (cerca de 54), refinadores e unidades de extracção de óleo de bagaço de azeitona (cerca de 6).

A redução do número de empresas ao longo das várias etapas comerciais, culminando na distribuição, aumenta o seu grau de concentração, em contraponto com a atomização e frágil organização em geral da produção, que pode justificar a fraca relação contratual existente entre os vários elementos da cadeia, em particular da produção.



3. Análise dos apoios nos programas comunitários anteriores

Ao longo dos três Quadros Comunitários de Apoio (QCA) foram vários os instrumentos de política dirigidos à fileira.



No período em que vigorou o QCA II, de 1994 a 1999 foram cerca de 40 milhões de Euros, afectos maioritariamente à plantação de novo olival, e também à reconversão de olival existente, à aquisição de equipamentos de rega, de colheita e de limpeza de azeitona. Na vertente da transformação foram realizados investimentos significativos, superiores a 45 milhões de Euros, na modernização dos lagares existentes e na construção de novos lagares, num total de 86.3 milhões de Euros dirigidos à fileira

No QCA III, entre 2001 e 2005, os investimentos aprovados pelo Programa AGRO em novas plantações de olival totalizavam 15 604 ha, e o total do investimento na transformação e comercialização situava-se em 37.8 milhões de Euros⁹.

⁹ Fonte de informação: Gabinete do Gestor do PO AGRO.

Quadro 22- Apoios ao investimento e ao rendimento

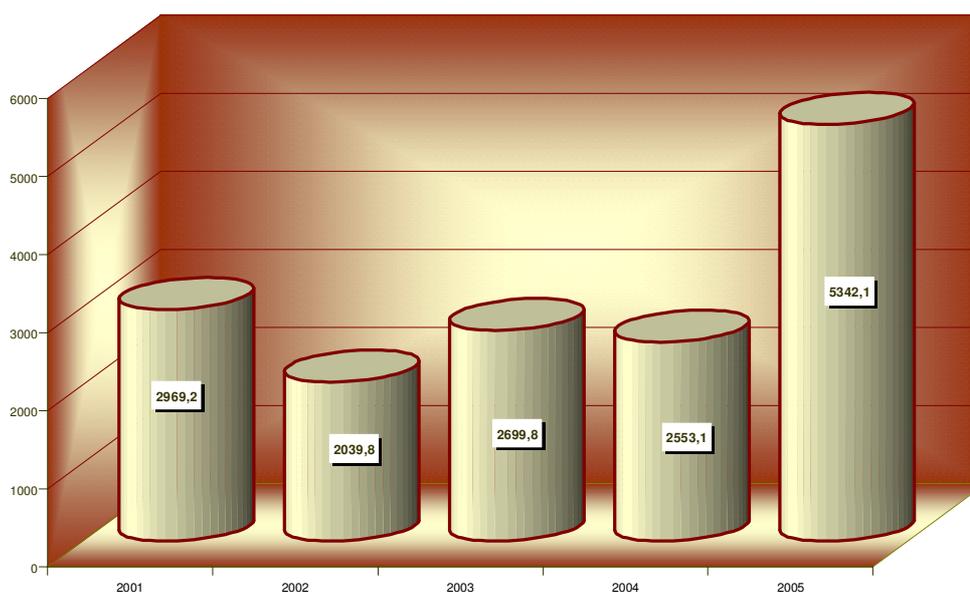
(10⁶ Euros)

	QCA II (1994 a 1999)	QCA III (2000 a 2006)					Total/Média anual
		2000	2001	2002	2003	2004	
FEOGA Orientação							
Ajudas ao Investimento							
PAMAF							
Medida 2 - Apoio às explorações agrícolas	41,0						
Medida 5.1 - Transformação e comercialização de produtos agrícolas	45,3						
Total QCA II FEOGA O							86,3
Média anual investimento na exploração agrícola							6,8
Média anual investimento na transformação e comercialização							7,5
AGRO							
Medida 1 - Modernização, Reversão e Diversificação das explorações							
Acção 1.2 - Apoio ao investimento nas explorações agrícolas (ha plantados)		2969	2040	2700	2553	5342	
Total QCA III FEOGA O							3121
na exploração agrícola (Média anual ha plantados)							6,2
Média anual investimento na transformação e comercialização							6,2
FEOGA Garantia							
Ajudas ao Rendimento							
Plano de Desenvolvimento Rural (RURIS)/Medidas Agro-ambientais:							
Medida 34 - Olival Tradicional				2,3	2,8	2,6	
Ajudas à Produção de azeite	43,7	57,9	31,1	42,1	37,5	44,7	
Programa de Melhoria da Qualidade do Azeite	0,4	0,2	0,8	0,4	0,4	0,5	
Total QCA III FEOGA G							267,5
Média anual pagamentos							44,6

Fonte:AGRO/ IFADAP

O gráfico 32 mostra a evolução dos pedidos de financiamento para novas plantações entre 2001 e 2005, sendo de salientar o seu forte crescimento em 2005 em resultado das expectativas criadas após a reforma do sector em 2004.

Gráfico 32 – Novas plantações aprovadas entre 2001 e 2005 (ha)



Fonte: AGRO

As regiões Norte e Alentejo são, no QCA III, as regiões que se destacam no investimento no sector da transformação, à semelhança do que acontece no investimento na exploração, tal como tinha já tido sucedido em termos do investimento aprovado no decurso do QCA II.

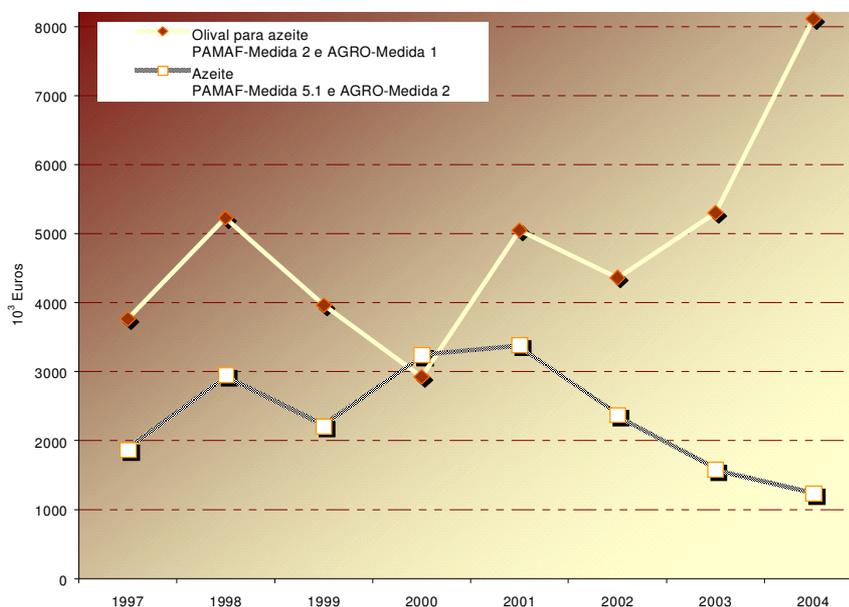
Quadro 19 – QCA III/Distribuição do investimento aprovado na Medida 2

	<i>Norte</i>	<i>Centro</i>	<i>LVT</i>	<i>Alentejo</i>	<i>Algarve</i>
2001	51%	5%	0%	44%	0%
2002	71%	7%	4%	17%	0%
2003	50%	5%	15%	31%	0%
2004	90%	10%	0%	0%	0%
2005	0%	18%	0%	82%	0%

Fonte: AGRO

No período entre 1997 e 2004, a despesa pública (pagamentos FEOGA e orçamento nacional) de investimento de 57.5 milhões de Euros, numa média anual da ordem de 7.1, dos quais 38.7 milhões de Euros, isto é 67.2%, consagrados à modernização e reconversão das explorações, e os remanescentes 18.8 milhões de Euros afectos à melhoria das estruturas de transformação e comercialização.

Gráfico 33 – Despesa Pública ao investimento (QCA II e QCA III)



Fonte: IFADAP

4. A OCM do azeite e da azeitona de mesa e os apoios FEOGA-Garantia ao sector

Portugal beneficiou, desde a sua adesão e de forma progressiva, do regime de ajudas à produção e ao consumo, previstas na OCM deste sector, criada em 1966. O regime previa a fixação de uma quantidade máxima garantida (QMG) para toda a UE, como forma de controlar a produção e áreas com acesso ao regime de ajudas.

A ajuda ao consumo vigorou até à campanha 1998/99, ano a partir do qual e até 2004/05, a QMG foi repartida pelos Estados membros, com a fixação de quantidades nacionais garantidas (QNG).

As sucessivas reformas da política comunitária foram alterando o modelo de ajudas concedidos, tendo-se este simplificado e estabilizado num regime de ajudas exclusivamente à produção, pagas por tonelada produzida, de 132,25 Euros/100 kg de azeite.

Quadro 23 - Ajudas directas nos sectores do azeite e da azeitona de mesa

	Nº beneficiários	Montante pago		Montante médio (Euros/produtor)
		(103 euros)	%	
1999/00	103 084	8 726	7,8	84
2000/01	123 593	57 759	9,5	467,33
2001/02	91 944	29 535	4,9	321,22
2002/03	93 058	41 452	6,3	445,44
2003/04	91 857	36 624	5,1	398,7

Ajuda à produção de azeite: 132,25 EUR/100Kg

Ajuda à produção de azeitona de mesa: 15,21 EUR/100Kg

Fonte: INGA

Com a reforma da PAC de 2003, que consignou a passagem do sistema de ajudas de apoio directo à produção para um sistema de ajudas únicas dissociadas (pagamento único por exploração), iniciou-se um novo ciclo, que, em 2004, se aplicou à OCM do azeite e azeitona de mesa, pondo-se fim ao regime da ajuda à produção e às restrições de quotas a ele associadas.

Esta reforma¹⁰, negociada juntamente com outros «produtos mediterrânicos» que incluíam o lúpulo, algodão e tabaco, previu o pagamento de ajudas à produção que poderiam ser total ou parcialmente desligadas, tendo Portugal optado pelo desligamento total, isto é, pela repartição do envelope financeiro calculado a partir das ajudas recebidas por agricultor durante um período de referência, aos agricultores elegíveis nesse período histórico (1998/99 a 2001/2002). A área abrangida pelo RPU é da ordem dos 234 000 ha, dos quais 204 000 ha são de sequeiro e 30 000 ha de regadio (a região do Alentejo perfaz 46% da área).

Foi ainda decidido por Portugal consagrar 10% da sua dotação nacional «azeite» às medidas de melhoria da qualidade e da comercialização. Este montante representa 5.6 milhões Euros e é concedido nas condições da Despacho normativo nº 11/2006, de 3 de Outubro, com o objectivo de melhorar a concentração da oferta e a produção de qualidade.

O objectivo de melhoria da qualidade já tinha sido prosseguido em programas anteriores, cujos montantes se apresentam no quadro seguinte.

	(10 ⁶ Euros)					
	QCA III (2000 a 2006)					
	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Ajudas à Produção de azeite	43,7	57,9	31,1	42,1	37,5	44,7
Programa de Melhoria da Qualidade do Azeite	0,4	0,2	0,8	0,4	0,4	0,5

¹⁰ Regulamento (CE) nº 865/2004 do Conselho, de 29 de Abril

5. Pontos fortes, pontos fracos: ameaças e oportunidades

Pontos Fortes

Produção

- Condições edafo-climáticas adaptadas à cultura
- Peso socio-económico do sector em algumas regiões
- Potencial para produzir azeite de qualidade
- Existência de conhecimento técnico
- Múltipla valência da cultura (económica, social e ambiental)
- Dinâmica recente da produção

Transformação

- Modernização e concentração dos lagares
- Melhoria substancial da qualidade
- Aumento da eficiência ambiental

Comercialização

- Consumo em expansão
- Imagem do produtos associada à qualidade / tipicidade / saúde pública
- Procura crescente por produtos diferenciados

Pontos Fracos

Produção

- Olival degradado e baixas produtividades
- Alternância da produção
- Elevados custos de produção (apanha e consumos intermédios)
- Estruturas associativas frágeis
- Déficite de assistência técnica e serviços
- Fragmentação da propriedade
- Insuficiente investimento em I&D

Transformação

- Insuficiência reestruturação e modernização da recepção, transporte, acondicionamento e transformação
- Capacidade de transformação insuficiente
- Deficite de assistência técnica aos lagares
- Deficiente recurso à I&DE, nomeadamente para eliminação de efluentes e valorização dos sub-produtos

Comercialização

- Fraco poder negocial junto da grande distribuição
- Ausência de estratégia para azeites DOP
- Poucas sinergias com sectores complementares como turismo.

Oportunidades

Produção

- A olivicultura considerado sector estratégico com projecto de estratégia sectorial e nacional
- Atractibilidade do sector ao investimento exterior
- Potencial para aumentos da produção, existência de áreas em zonas com aptidão olivícola
- Procura de azeitona de mesa pelas indústrias de transformação
- Maior exigência do consumidor na qualidade e diferenciação
- Potencial de regadio do Alqueva
- Simplificação e supressão de regulamentação comunitária inibidora (plantação de olival pode realizar-se sem prejuizo da activação de direitos associados a outras culturas)

Transformação e Comercialização

- Certificação dos processos produtivos
- Potencial de mercado, interno e externo por explorar
- Existência de nichos de mercado para produtos diferenciados e de qualidade

Ameaças

Produção

- Risco abandono dos territórios rurais
- Escassez de mão-de-obra no período da colheita da azeitona

Transformação e Comercialização

- Liberalização das trocas comerciais
- Negociações sem inclusão das exigências relativas à segurança alimentar e ambiente (*non trade concerns*)